

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Director: José Diniz Ano XXIX Jul. 2003 02/07/03 № 332 Preço 0,70

Biblioteca da ADFA

O Centro de Documentação e Informação da Sede Nacional recebeu novas colecções

página 17

Lisboa

Delegação anuncia calendário do mês das celebrações na

página 6

Pupilos do Exército

Instituto Militar reabre inscrições para ensino básico e secundário

página 8

Legislação

Iniciativa legislativa de cidadãos prevista na Lei N.º 17/2003, 4JUN, na

página 15





PORTE PAGO

Projecto Galp/ADFA Inaugurado mais um serviço de atendimento para grandes deficientes motores



página 13

ADFA aponta novos rumos para Rede Nacional de Apoio



página 9

Evora - Orientação Equipa da ADFA soma e segue



página Z

10.º Encontro Nacional de Combatentes

página 8



MDN cede instalações à ADFA para Centro Social no Porto

O passo que faltava para o avanço do Projecto



página 9

Campeonato Europeu de Atletismo para Deficientes



Atletas portugueses conquistam
21 medalhas

Mobilidade para todos

Dia Europeu Sem Carros aposta na acessibilidade

A mobilidade para todos - "Acessibilidades" - vai ser o tema central da Semana Europeia da Mobilidade, entre 16 e 22 de Setembro, e do Dia Europeu Sem Carros, a 22 de Setembro.

A mobilidade e a acessibilidade dos cidadãos portadores de deficiência como temas principais integram esta iniciativa, apresentada no dia 24 de Junho, no Instituto do Ambiente (IA), em Lisboa, no Ano Europeu das Pessoas com Deficiência.

Segundo a organização, as acções a realizar durante a Semana Europeia da Mobilidade vão centrar-se numa "mobilidade sustentável que tenha em consideração todas as pessoas". Os representantes de 33 autarquias, empresas de transportes e organismos de deficientes assistiram à apresentação.

Foram apontados exemplos de melhorias no plano das acessibilidades. A adaptação dos autocarros, para que o piso seja rebaixado, facilita o acesso às pessoas com dificuldades motoras, sejam elas cidadãos portadores de deficiência, idosos, ou pessoas com mobilidade reduzida temporariamente.

De acordo com o apelo ao empenho e participação das autar-

quias na segunda edição da Semana Europeia da Mobilidade e na quarta do Dia Europeu Sem Carros", feito pelo representante do secretário de Estado do Ambiente, Pedro dos Santos, os municípios que adiram vão poder promover dias temáticos sobre a utilização da bicicleta, transportes públicos, percursos verdes, ruas vivas ou utilização responsável do carro, tendo sempre como pano de fundo o tema "acessibilidade para todos".

Ao contrário do que ocorreu no ano passado são sete e não apenas três dias para a iniciativa.

Segundo o diário "Correio da Manhā", "em 2003 será ainda possível aos municípios aderir ao Dia Europeu Sem Carros e não à Semana Europeia da Mobilidade". Um dos critérios de adesão ao Dia Sem Carros é a implementação de uma ou mais medidas permanentes, como construção de ciclovias. O lançamento de um Plano de Acção de Mobilidade Sustentável, o aumento da zona sem trânsito automóvel, em relação a 2002, ou o alargamento do evento ao fim-de-semana, são outros exemplos dos critérios para a adesão. •

Rafael Vicente



Breves

Oferta do Cartão Jovem

No âmbito do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência, o Instituto Português da Juventude (IPJ) vai oferecer o Cartão Jovem a jovens portadores de deficiência. A informação foi veiculada pela Câmara Municipal de Cascais, através de uma circular do pelouro da Acção Social daquela autarquia, de Maio passado.

A emissão dos cartões em oferta depende da apresentação do seu cartão comprovativo de deficiência, devendo ser anexada cópia do documento à guia de emissão que for utilizada para emitir o cartão. No final do mês, nos mapas de venda mensal (IMP 27) da Delegação do IPJ, estes cartões devem ser mencionados na coluna de "outras situações/observações (descritivo cartão a deficiente)".

As idades de abrangência desta oferta são as normais, ou seja, entre os 12 e os 25 anos de idade (inclusive). Assim que o IPJ obtenha informações adicionais do Ministério da Segurança Social e do Trabalho sobre as entidades representativas das pessoas com deficiência, será enviada essa informação a todos os postos de venda que vão participar deste esforço solidário.

Em caso de dúvidas ou para informações adicionais, o IPJ pode ser contactado pelo 21 892 0800 (técnicas Argentina Lopes e Zita Santos). •

Encontro Nacional de Fuzileiros

A Associação de Fuzileiros vai promover o 2º Encontro Nacional de Fuzileiros no próximo dia 5 de Julho, Sábado, na Escola de Fuzileiros, a partir das 9h30.

Os interessados podem solicitar informações ou proceder às inscrições na Sede da Associação de Fuzileiros ou através do telefone/fax 21 206 0079. As inscrições só serão consideradas se recebidas até 27 de Junho.

Do programa constam o içar da Bandeira Nacional na Sede da Associação, pelas 09h00, seguido de concentração na Escola de Fuzileiros, missa em memória dos fuzileiros falecidos e homenagem junto ao monumento, com deposição de coroa de flores. Durante a manhã decorrerão diversas actividades, com descidas de rappel e slides na pista de combate. Para obtenção de fundos para as obras da Sede, será cobrado um euro por descida. Os participantes estão cobertos por um seguro de acidentes pessoais.

O almoço será sob as árvores da pista de combate. O preço da refeição para cada associa-

do e familiares directos (pais, cônjuge e filhos) é de dez euros; para não associados é de 12 euros; e para crianças até aos dez anos é de seis euros.

Pela tarde vai efectuar-se a abertura da Sala /Museu dos Fuzileiros e Exposição Audiovisual sobre as actividades do Corpo de Fuzileiros.

Centro de Informação e Encaminhamento

A Câmara Municipal de Loures tem em funcionamento um Centro de Informação e Encaminhamento na Área da Deficiência, cujo objectivo é facilitar o acesso da população e das instituições a informações e apoios na área da deficiência.

Podem dirigir-se ao Centro as pessoas portadoras de deficiência, as suas famílias e os técnicos que trabalham com elas. O centro dispõe-se a esclarecer dúvidas e a obter informações acerca dos apoios necessários e a proceder ao encaminhamento dos casos. Pode solicitar-se informações através do Gabinete de Saúde da autarquia, pelo número 21 984 9156.

Defensores dos Oceanos

Foi celebrado, no dia 4 de Junho, um protocolo entre o Governo Civil de Lisboa e a Parque Expo 98, SA, que visa criar condições de acesso favorecido ao Oceanário a pessoas portadoras de deficiência, com o objectivo de sensibilizar a sociedade civil para esta problemática.

O protocolo foi firmado depois da cerimónia de juramento dos Defensores dos Oceanos.

A cerimónia decorreu na sala professor Luiz Saldanha, no Oceanário de Lisboa, na presença do ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, Amílcar Theias. •

Reforma da Justiça Militar

A AOFA, a ANS e a ASMIR organizaram, no dia 3 de Junho, na Sala do Senado da Assembleia da República, em Lisboa, uma conferência internacional e um debate sobre a reforma da Justiça Militar e respectivo enquadramento nos países da União Europeia, "na perspectiva do administrado", com o apoio da EUROMIL e de algumas das suas associações, no âmbito dos projectos de diploma em apreciação na Comissão Parlamentar de Defesa Nacional da Assembleia da República.

Participaram Martin Berger, assessor jurídico da Sociedade Internacional do Direito Militar e do Direito da Guerra e da Associação de Militares da Alemanha, Bart Damen, assessor jurídico da AFMP e MARVER/FNV, associações de militares e para-militares da Holanda, Kim Pagels, da Associação de Militares da Dinamarca (HKKF), Jesus Navarro Jiménez, assessor jurídico da Associação de Militares de Espanha (AMARTE) e de Alpedrinha Pires, presidente da Direcção da AOFA e membro da Direcção da EUROMIL, que moderou o debate.

Rehacare International 2003

De 15 a 18 de Outubro vai realizar-se a 14ª Feira Internacional para as Pessoas com Necessidades Especiais, Reha 2003, em Düseldorf, Alemanha, em que cerca de 800 expositores de 25 países vão mostrar produtos e serviços para a reabilitação. Novas tecnologias e ajudas técnicas vão estar disponíveis no certame, que este ano recebe pela primeira vez dez expositores japoneses.

O planeamento de acessos e edifícios sem barreiras vai estar patente no pavilhão quatro, as ajudas técnicas na área óptica e relacionadas com o Braille vão estar disponíveis no pavilhão cinco, assim como associações e operadores que vão mostrar as últimas tendências e ofertas do mercado internacional de viagens. As viaturas e suas adaptações vão também estar no pavilhão seis, numa área em espaço aberto, possibilitando testes de condução numa pista para o efeito. As inovações no campo da reabilitação e cuidados de saúde vão estar perto da entrada do pavilhão oito.

A temática das "pessoas portadoras de deficiência no trabalho" vai estar no pavilhão três, assim como a iniciativa "Vidas Partidas em Dois", que apresenta lares e instituições de reabilitação e cuidados de saúde apropriadas para acompanhar os cidadãos portadores de deficiência mental. O pavilhão sete é dedicado à prática desportiva das pessoas com deficiência.

A feira abre as suas portas das 10h00 às 18h00, entre 15 e 17 de Outubro, e no Sábado, 18 de Outubro, das 10h00 às 17h00. Os visitantes portadores de deficiência, os estudantes e os estagiários pagam seis euros. Os acompanhantes portadores do passe B são admitidos gratuitamente.

No dia um de Setembro será lançado pela Rehacare um portal na internet com informações actualizadas sobre o certame. • A genda

Comunicação Social e Deficientes

No dia 1 de Julho, Terça-feira, a CNOD leva a efeito uma jornada de reflexão sobre "A Imagem do Deficiente na Comunicação Social", no auditório do edifício novo da Assembleia da República.

Delegação de Coimbra

No dia 4 de Julho, feriado municipal em Coimbra, a Delegação vai estar encerrada.

Sardinhada em Setúbal

No dia 5 de Julho, Sábado, a Delegação de Setúbal realiza a sua tradicional sardinhada associativa, no Parque de Campismo da Gâmbia.

Delegação de Lisboa

No dia 11 de Julho, Sexta-feira, pelas 14h30, realiza-se o seminário "Acessibilidades e Arte Integrada".

No dia 12 de Julho, Sábado, pelas 10h00, inicia-se a mostra de pintura ao vivo pelos artistas deficientes manuais nacionais e estrangeiros, bem como de outros pintores de reconhecido mérito da nossa cidade. Pelas 13h00, decorre o almoço com pintores e colaboradores. Pelas 19h00 vai ser inaugurada a Exposição Internacional de Pintura. As 20h00 realiza-se o jantar comemorativo do 2º Aniversário da Delegação.

No dia 13 de Julho, Domingo, pelas 10h00, continua a mostra ao vivo de pintura, no jardim da Sede da ADFA, seguida de almoçoconvívio, pelas 13h00, na Quinta das Conchas. No dia 26 de Julho, Sábado, realiza-se uma prova de pesca em Alcântara/Belém.

No dia 27 de Julho, Domingo, realiza-se a Prova Integrada de Cicloturismo, com concentração pelas 08h30 e saída da Sede pelas 09h15.

Férias no Porto Santo

De 23 de Julho a 1 de Agosto, a Delegação da Madeira organizou umas férias no Porto Santo.

Delegação de Faro

De 10 de Agosto a 10 de Setembro, as instalações da Delegação de Faro vão estar encerradas para férias.

Férias em Coimbra

De 15 de Agosto a 1 de Setembro, os serviços da Delegação de Coimbra estarão encerrados para férias.



PROPRIEDADE E EDIÇÃO: Associação dos Deficientes das Forças Armadas - ADFA - Pessoa Colectiva n.º 500032246 • Email: adfa@mail.telepac.pt • Internet: http://www.adfa-portugal.com DIRECÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, EDIÇÃO E REDACÇÃO: Av. Padre Cruz-Edificio ADFA 1600-560 LISBOA • Telefone: 21 751 2600 / 21 751 2600 / 21 751 2600 / 21 751 2609 • Fax: 21 751 2610 DIRECÇÃO NACIONAL DA ADFA/ADMINISTRAÇÃO: Patuleia Mendes, Artur Vilares, Mano Póvoas, Santa Clara Gomes, Capela Gordo, Armando Alves, Orlando Correia DIRECTOR: José Diniz REDACÇÃO: Rafael Vicente (editor) - C. Profissional 5583, Farinho Lopes (fotografia) - C. Profissional 6234, Maria José Almeida (secretariado) COLABORARAM NESTE NÚMERO: Abel Fortuna, Francisco Janeiro, Helena Afonso, Inácio Grazina, Inês Soares Castro, Humberto Viveiros, Jaime Ferreri, João Gonçalves, João Nobre, José Faria, José Maia, Nuno Santa Clara, Rogério Sequeira. CORRESPONDENTES: Abel Fortuna (Porto), Anquises Carvalho (Famalicão), Domingos Seca (Braganca), Francisco Janeiro (Lisboa), Humberto Viveiros (Açores), José Faria (Setúbal), Abel Santos (Castelo Branco), João Gonçalves (Viseu), João Nobre (Madeira), Manuel Branco (Évora), Manuel Parracho (Coimbra), e Nicolau Rufino (Faro). ILUSTRAÇÕES: Nuno Santa Clara e Maria José Admeida, tel. 21 751 2632. CONCEPÇÃO GRÁFICA - Maquetagem: João Conceição PRÉ-IMPRESSÃO Grafiborra, Artes Gráficas, Lda. Av. D. Vicente Afonso Valente, N.º 1 - 7º C - 2625-215 Póvoa Santa Iria - Tel./fox. 21 956 6263 MONTAGEM: Tipografia Escola da ADFA Lg. do Outeirinho da Amendoeira, 1100-386 Lisboa Registo da Publicação no ICS: 105068/77 Depósito Legal: 99595/96 ASSINATURA ANUAL: 7,00. Os textos assinados não reproduzem necessariamente as posições da ADFA ou da Direcção do ELO, sendo da responsabilidade dos seus autores. Tiragem deste número 9 000 ex.



Uma questão de meter água

Nuno Santa Clara

s atletas que participaram nos jogos para deficientes em Assen, Holanda, foram carinhosamente recebidos à sua chegada a Lisboa; a comunicação social esteve presente, como também estivera durante a prestação das provas, o que não sucedera em edicões anteriores, facto que é de louvar.

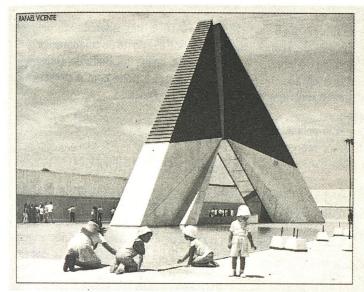
Os portugueses gostam de tudo quanto lhes levante o moral, ultimamente tão abalado por escândalos públicos e privados. Daí

que tivessem aderido, em casa ou no aeroporto, à justa homenagem aos nossos atletas. Houve mesmo a presença de um membro do Governo. Afinal, não temos infelizmente muitas oportunidades de ver a bandeira verde-rubra no mastro do centro, e de ouvir o hino nacional na cerimónia de distribuição de medalhas.

O pior foi quando os atletas passaram a descrever as condições em que tinham concorrido: reduzidos a sanduíches durante o dia, a ter de comprar ao preço de três euros a indispensável água... Não pode deixar de ser feita a comparação com outras caravanas, bem melhor apoiadas e bem menos medalhadas. O facto de se tratar de uma competição de deficientes não implica que a organização seja, ela também, deficiente.

Os Jogos Paralímpicos de 2004 vêm aí e, se os poderes públicos e privados continuarem a pensar que a reabilitação e integração dos deficientes são uma questão secundária, pode ser que a adesão expontânea dos portugueses ao receber os seus atletas desperte neles o receio de perder uma ocasião de aparecer ligados a um movimento de orgulho nacional – e que então os apoios surjam, ainda que com a suspeição de interesses velados.

E pode ser que não metam água – ou antes, que metam no mínimo a água que faltou aos nossos atletas. •



Ignorância ou inocência?

Crianças que brincam no que, para elas, é apenas um tanque de águas límpidas. Que sabem elas do simbolismo do monumento que está por detrás?

É melhor assim: que não saibam o que é a loucura dos adultos. Que nem imaginem quanto sofrimento pretende representar aquela forma geométrica. Que apenas brinquem num lago calmo, num presente e num futuro de que a Guerra não faz parte.

NSC

Episódios

O Jerrycan que pegou fogo



Como "mais vale prevenir que remediar", o pessoal de transmissões da C. Caç. 2730 tinha sempre a preocupação de ter todo o material devidamente preparado e pronto a funcionar em caso de emergência. Como é obvio, os avisos de saída para o mato eram feitos com pouca antecedência e tínhamos que estar sempre preparados.

Tratava-se de material obsoleto e muito cansado, já usado pelas companhias que nos antecederam, com a agravante de que, quando chegava a noite, deixava de funcionar por excesso de ruído causado pelo minério existente na zona, pois o rádio Racal de que falo trabalhava com cristais e originava esse problema. Por tudo isto e

porque tínhamos consciência de que os rádios eram o único meio de comunicação usado no pedido de evacuações, trabalho fundamental para o salvamento de muitas vidas, éramos levados a ter um meticuloso cuidado com a manutenção de todo o material. Para recarregar as baterias, única fonte de alimentação dos rádios, usávamos um gerador movido a gasolina e o abastecimento era feito com um "jerrycan" com o referido combustível que tínhamos no posto de rádio.

Depois de uma destas operações de abastecimento do gerador, ao colocar a bateria à carga, esta soltou uma faísca e pegou fogo ao "jerrycan" que estava sujo de

gasolina por fora. O pessoal, ao ver o jerrycan" em chamas, "ó pernas para que te quero!" e, com excepção daqueles que se encontravam a dormir, fugiu tudo para a rua, receando o efeito da inevitável explosão. Quando já todos pensavam adivinhar os vidros a partir e as chamas a saírem pelas janelas, eis que surge o cabo radiotelegrafista com o "jerrycan" a ardér, parando só num monte de terra que se encontrava à porta da caserna e com ela conseguiu apagar as chamas. Um problema que se resolveu com uma queimadela na mão, não fora o sangue frio e a coragem do nosso cabo telegrafista, que se arriscou a morrer queimado, e veríamos o rol de problemas que dali poderia advir, pois o acontecimento deu-se na caserna que partilhava o espaço com a arrecadação de todo o material de guerra pertencente à companhia.

É nestas situações em que não há tempo para pensar duas vezes, que se criam os heróis e este acontecimento que presenciei - e que só quem viu pôde avaliar - não é nada menos do que um verdadeiro acto de heroicidade. Cobardemente sonegámos ao comandante de companhia este acontecimento, com receio de represálias mas ainda hoje penso que o 1ºcabo Tomé deveria ter sido louvado pelo acto de coragem que teve e as vidas que pode ter salvado. Outros o foram por menos. •

Legenda da fotografia: Equipa de Transmissões da 2730 - Tomé, Assis, Lopes, Estrela e Gonçalinho (da esquerda para a direita).

Farinho Lopes

A ADFA é uma lição



José Dini

o dia 28 de Junho, numa das Assembleias mais concorridas de sempre, a ADFA mostrou, mais uma vez, a sua força e vitalidade. O debate interno que se vem fazendo sobre as medidas legislativas reivindicadas junto do poder político para resolução dos problemas que ainda subsistem, subiu agora ao órgão máximo da ADFA, extraordinariamente convocado para o efeito. Ouviramse as diferentes opiniões e posições num debate acalorado à volta do único ponto da agenda de trabalhos. A Direcção Nacional viu reafirmada a confiança dos associados que a muniram de novos argumentos e de força renovada para continuar a bater-se junto do Ministério da Defesa Nacional e de outros órgãos do Poder pela defesa dos direitos dos deficientes militares e pela satisfação das reivindicações. Como balanço, podemos dizer que prevaleceu a maturidade e a serenidade e que a ADFA está bem viva, ainda tem grande capacidade de mobilização e deu mais uma grande lição de unidade e de afirmação.

Reivindicou-se e exigiu-se os direitos dos vivos, mas não se esqueceram aqueles que tombaram nas matas africanas e não tiveram tempo de reivindicar fosse o que fosse, apenas dando o que de melhor tinham de si. Também não se esqueceram aqueles que deram partes de si nessa guerra, nos acompanharam nesta nova luta, mas que foram ficando pelo caminho, vencidos pelo peso das suas deficiências ou pelo desgosto de não verem reconhecidos os seus direitos. No final da Assembleia os quase 600 associados presentes não quiseram regressar a casa sem prestar homenagem, junto do Monumento aos Combatentes do Ultramar, a todos esses que já partiram, a dizer-lhes que não estão esquecidos, que a sua luta não foi em vão e que continuarão a bater-se para que Portugal honre a sua memória e proporcione um resto de vida digna aos que teimam em viver. •

Delegações

Bragança

29 anos com os associados

A Delegação de Bragança comemorou o seu 29º aniversário no dia 22 de Junho, com um almoço-convívio no restaurante "2000", em Mogadouro, reunindo associados, familiares e amigos numa festa em que não foram esquecidos os que já partiram.

Depois da concentração na praça central de Mogadouro, foi celebrada uma missa em memória dos deficientes militares falecidos, na Igreja do Convento, junto à Câmara Municipal de Mogadouro.

Seguiram-se uma visita guiada aos principais monumentos da vila e o almoço-convívio, que contou com a actuação de um grupo musical. O evento contou com a colaboração da Câmara Municipal de Mogadouro.

Da ementa constaram entradas de presunto, queijo e azeitonas, canja, souflé de bacalhau "à 2000", posta à Mirandesa com salada mista, vinho branco e tinto e água. A sobremesa variada teve a sua coroa de glória com o bolo de aniversário e vinho espumoso.•

Castelo Branco

Férias na Delegação

A Comissão Administrativa da Delegação de Castelo Branco informa os associados que a Delegação se encontra encerrada do dia 1 a 22 de Agosto por motivo de férias da funcionária.

A Delegação estará aberta nos dias 4, 11 e 18 de Agosto para que os associados possam tratar de qualquer assunto. •

Um balanço das actividades realizadas

A Comissão Administrativa da Delegação de Castelo Branco fez um balanço das actividades associativas que promoveu, com o apoio da DN, durante os últimos meses.

Uma das primeiras acções, que contribuiu para a reabertura da Delegação ao público, foi contratação de uma funcionária administrativa. Foi dado um novo visual às instala-

ções da Delegação "de modo a dar-lhes mais dignidade".

Foram realizados encontros de associados na Covilhã, em Castelo Branco e em Gavião e a festa de Natal, em Vila Velha de Ródão, com a presença de elementos da DN e da autarquia local, para além de cerca de uma centena de associados.

Foi realizada uma série de colóquios subordinada ao tema "Falar da guerra para construir a Paz", que contou com a colaboração do associado Lopes Dias, em várias escolas (Paul, Fundão, Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão), envolvendo cerca de 600 jovens e a colaboração das entidades locais e dos estabelecimentos de ensino onde foram efectuados.

Efectuaram-se também reuniões no âmbito das comemorações do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência com as entidades promotoras

A Delegação interveio junto das autarquias no sentido de resolver problemas dos associados, efectuando também contactos com o Governo Civil, "no sentido de estreitar relações institucionais". Foram contactados directamente vários associados mais carenciados e revistos vários processos "que se encontravam sem solução à vista".

A Delegação participou ainda em várias reuniões e colóquios a nível nacional e com os Órgãos Sociais Nacionais e destaca a "recuperação de quotização de vários associados".

Coimbra Validade de cartões

A Delegação de Coimbra apela aos

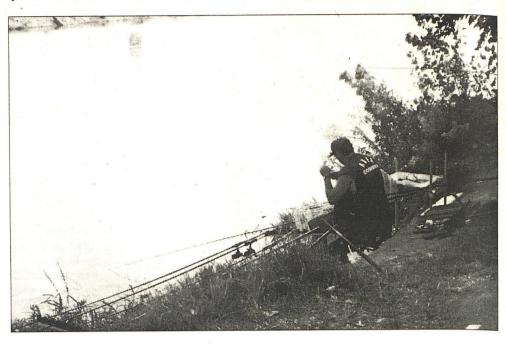
associados, para que não se vejam prejudicados nos seus direitos, quanto aos serviços facultados pela Delegação, que tenham atenção às datas de validade dos diversos cartões, nomeadamente, cartões de ADME, lista vermelha, verde ou azul e outros.

"Ultimamente têm surgido situações em que se nos deparam algumas dificuldades porque alguns associados se descuidam em verificar as datas dos documentos", refere a Comissão Administrativa da Delegação de Coimbra. •

Pesca Desportiva

Realizou-se no rio Mondego, no Choupalinho e Pescódromo de Coimbra, mais uma Dinis e também do sempre disponível Júlio Seguro, que não sendo associado já é por direito próprio mais que da família".

A organização expressou a todos os pes-



prova de Pesca Desportiva de Rio, no dia 8 de Junho, organização da Secção de Dinamização e Cultura da Delegação de Coimbra.

No evento estiveram representadas 14 equipas de quatro elementos e 15 individuais distribuídos por quatro sectores.

Sendo uma prova organizada pela ADFA, os nossos atletas não se fizeram representar em competição.

Os resultados foram:

Sector A - Henrique Ângelo - C. Pesca Pescanova- 5100 pontos; Sector B - Rui Coimbra - C. Pesca Penacova- 2480 pontos; Sector C -António Pinto - Individual - 2560 pontos; Sector D -José Salazar- Chão do Bispo - 5080 pontos.

Por equipas, os resultados foram os seguintes: 1º - Clube Pesca Penacova – 18 pontos; 2º - Chão do Bispo - 24 pontos; 3º - Casa do Povo de Ceira - 25 pontos.

Em Juvenis Ruben, da Casa do Povo de Ceira, com 600 pontos, alcançou o primeiro lugar.

"Com sol brilhante, o azul do céu e as águas do romântico Mondego ali a dois passos da lapa, foi um dia bem passado, em sã camaradagem e com divulgação da ADFA", referiu a organização, que realçou também "o trabalho dos associados Vítor Oliveira e Mário

cadores da ADFA o agradecimento pela sua disponibilidade e espirito de colaboração.

Ao fim da tarde, na Sede da Delegação, organizou-se um lanche com a presença de toda a Secção de Pesca.

Madeira

Pagamento de quotas

A Direcção da Delegação da Madeira informa os associados que aderiram ao pagamento de quotas por transferência bancária que, no mês de Julho, será efectuado o levantamento de 42,00 euros, referente ao corrente ano (Janeiro a Dezembro).

Este pagamento diz apenas respeito aos pensionistas de Pensão de Preço de Sangue e de Sobrevivência (dia 16) e pensionistas não DFA (cartão de risca verde), no dia 18. •

Férias em Porto Santo

A Delegação da Madeira está a preparar umas férias em Porto Santo, de 23 de Julho a 1 de Agosto, com alojamento e alimentação no destacamento militar do Porto Santo. Para mais informações, os associados interessados devem contactar a Delegação da Madeira.

JORGE MENDES, IRMÃO & CA. LDA.

Atoalhados • Fazendas Brancas • Camisaria • Malhas • Roupa Interior

Fornecedores de:

Hospitais, Clínicas, Câmaras Municipais, Escolas, Hoteis, Forças Armadas, Infantários, Museus, Laboratórios, Departamentos Universitários, Etc.

Desconto 10% a todos os Associados

(excepto épocas de Saldos)

Praça do Comércio, 97-99-101-103 • 3000-116 COIMBRA Tel.: 23 982 4284 • Fax: 23 984 1779

Passa hoje um ano

Dia 20 de Junho 2002
Iniciaste a tua viagem
Da parte que me toca,
que concordei e discordei,
que discutimos, que rimos
e amuámos.

O tempo não apaga a convivência de tantos anos,

O respeito e a saudade Onde estiveres, camarada Lucas

Descansa em Paz Até um dia...

José Maia

Grande participação associativa em Junho

As actividades desenvolvidas no mês de Junho, pela Delegação do Porto foram várias, o que se traduziu numa grande participação associativa. A adesão às diversas iniciativas foi entusiástica, num sinal inequívoco de que os associados se encontram motivados para a acção associativa e que os seus familiares participam igualmente nesse desafio. Foram muitas as esposas e os filhos que, com a sua presença nesses momentos, mostraram que a ADFA é uma "Família".

Exposição sobre a ADFA

O intenso programa teve início no dia 6 de Junho, com a inauguração pelo Presidente da Câmara Municipal de Valongo, da exposição sobre as actividades da ADFA no Parque de Exposições Dr. Fernando Melo, em Ermesinde. Este evento, que decorreu até ao dia 21, esteve integrado no âmbito da "Feira do Livro" do concelho de Valongo, tendo o espaço da

ADFA sido procurado por muitos visitantes, os quais tomaram contacto com os livros e demais documentação exposta. É de referir que para a realização desta iniciativa foi importante a disponibilização e o contributo de alguns associados os quais asseguraram a abertura da Exposição durante os vários dias da Feira.

Reunião de associados

No dia 7 de Junho teve lugar a reunião mensal de associados, que teve como objectivo dar a conhecer os principais aspectos da vida associativa e preparar a presença na Assembleia Geral Nacional de 28 de Junho. Essa preparação teve como principal linha orientadora a consciencialização de que as deliberações da Assembleia Geral constituiriam a vontade dos associados pelo o que todos deveriam reflectir sobre as questões que iriam ser objecto de apreciação.

Cruzeiro no Douro

O "Cruzeiro no Rio Douro" realizado no dia 10 de Junho foi outro momento importante de participação associativa pois contou com a presença de duas centenas de associados e familiares. As paisagens que o rio proporciona, os momentos de convívio e o sol que acompanhou os viajantes ao longo do percurso foram os encantos que tornaram esse dia memorável para todos os que tiveram a oportunidade de os desfrutar.

Os associados dos concelhos de Paços de Ferreira e Paredes tiveram a sua participação nesse programa uma vez que realizaram o seu convívio anual no dia 21 de Junho, em Paços de Ferreira, com a presença de mais de seis dezenas de associados e familiares. Essa iniciativa foi complementada com a realização de uma Exposição de trabalhos de pintura e de escultura da autoria dos utentes do Centro de Actividades ocupacionais da Delegação do Porto, tendo decorrido no museu municipal de Paços de Ferreira.

S. João

As comemorações do S. João que tiveram lugar de 23 para 24 de Junho e a deslocação a Lisboa no dia 28 de Junho, de algumas centenas de associados, muitos dos quais acompanhados pelos seus familiares, para participarem na Assembleia Geral Nacional Extraordinária foram pontos altos de uma grande e intensa participação associativa.

Os associados da Delegação do Porto devem sentir-se orgulhosos pelo contributo que dão para a realização dos objectivos e dos ideais da ADFA e pela sua acção em prol da defesa da melhoria da qualidade de vida de todos os Deficientes Militares e suas Famílias. Os que não puderam participar nesta Jornada, certamente de que o não deixarão de fazer nas próximas realizações para que o lema "A união faz a Força" seja verdadeiramente cumprido. •

AF

15º ENCONTRO



Os associados de Paços de Ferreira e de Paredes realizaram o dia 21 de Junho, o seu 15º. Encontro que decorreu em Paços de Ferreira e que foi organizado pelos associados Pacheco, Leal e Carneiro. O Encontro teve a participação de muitos associados e familiares, tendo-se iniciado com a inauguração da exposição "Estrada Larga", da autoria dos Utentes do Centro de Actividades Ocupacionais do Porto, numa colaboração com a Câmara Municipal de Paços de Ferreira, que para a sua realização disponibilizou uma sala no Museu Municipal e que se fez representar na abertura pela Vereadora do Pelouro da Cultura.

Como ilustra a fotografia o almoso foi animado e contou com a presenca de

Como ilustra a fotografia o almoço foi animado e contou com a presença de representantes dos Órgãos Sociais da Delegação do Porto.

ADFA EM VALONGO



A Câmara Municipal de Valongo convidou a ADFA para através da Delegação do Porto estar presente na Feira do Livro que decorreu no Parque de Exposições Dr. Fernando Melo, em Ermesinde, de 6 a 15 de Junho.

O Presidente daquele Município Nortenho esteve presente no Stand da ADFA na inauguração do evento tendo saudado os Elementos da Direcção da Delegação e os Associados presentes.

Como a fotografia demonstra, estiveram expostas publicações e outros materiais, tendo o espaço da ADFA sido procurado por muitos visitantes da Feira.

Os associados Branco, Moreira, Silvino, Hipólito, Vieira, Bessa e Regadas deram o seu contributo para esta participação associativa.

Quotas em dia, ELO em casa

O envio do ELO é um direito que todos os associados adquirem pelo facto de cumprirem as suas obrigações associativas, uma das quais é o pagamento atempado das quotas. Por isso, caro associado, não se esqueça de regularizar as suas quotas na secretaria da sua delegação ou na Sede Nacional.

O valor anual das quotas é de 42,00 euros.

2.º Aniversário da Delegação de Lisboa

Do programa das comemorações do 2º aniversário da Delegação de Lisboa, já divulgado no Jornal ELO de Junho, a Direcção da Delegação destaca:

Dia 11 de Julho - 14h30 - Seminário "Acessibilidades e Arte Integrada", cuja sessão de abertura será presidida por Cristina Louro. secretária Nacional de Reabilitação.

Dia 12 de Julho - 10h00 - Pintura ao vivo por artistas deficientes manuais e outros ditos normais de reconhecido mérito. 19h00 -Inauguração, por Maria José Ritta, da exposição "Janela da Pintura", composta por cerca de 40 vindos expressamente do Liechtenstein. A Exposição é feita em parceria com a SADM (Sociedade dos Artistas Deficientes Manuais), sedeada nas Caldas da Rainha e representante em Portugal da VDMFK -Vereinigung der Mund und Fussmalenden Künstler in Aller Welt,

(Associação dos Artistas com a Boca e os Pés em Todo o Mundo). 20h00 - Jantar para convidados.

Dia 13 de Julho - 10h00 - Continuação da mostra de Pintura ao Vivo. 13h00 - Almoçoconvívio na Quinta das Conchas.

Dia 26 de Julho - 07h00 - Prova de Pesca em Alcântara/Belém.

Dia 27 de Julho - 08h30 - Prova Integrada de Cicloturismo. •

Inauguração do Núcleo de Torres Vedras



Na presença do presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras, Jacinto Leandro, procedeu-se no passado dia 30 de Maio à inauguração das instalações do Núcleo da ADFA naquela cidade.

Assistiram ao acto os presidentes dos Orgãos Sociais da Delegação de Lisboa, a Direcção do Núcleo, o psiquiatra Luciano Marmelada, a advogada Lucília Santos, a psicóloga Ana Rute, a enfermeira Filomena Peixoto, e vários associados e familiares.

Após a visita às instalações, foram proferidos pequenos discursos pelo presidente

do Núcleo, Henrique Dores e pelos presidentes da Delegação de Lisboa, Francisco Janeiro, da Mesa da Assembleia Geral da Delegação Adérito Pinto e pelo autarca de Torres Vedras, Jacinto Leandro.

"Registamos o empenhamento da Câmara Municipal de Torres Vedras na questão que se prende com a Guerra Colonial e suas consequências, tendo a mesma ficado bem patente na inauguração do Monumento aos Militares Falecidos em Combate, numa sessão presidida pelo ministro de Estado e da Defesa Nacional, nesta cidade", referiu Francisco Janeiro.

O dirigente afirmou também que "neste ano de 2003, Ano Europeu das Pessoas com Deficiência, os associados deste Núcleo, como deficientes que são, devem estar solidários com todos os deficientes, isto porque a problemática da deficiência é complexa e muitas vezes só com a solidariedade activa podemos vencer as barreiras que todos os dias a sociedade nos coloca". Terminou deixando "uma palavra de agradecimento a todos os empresários da região que nos ofereceram todo o equipamento instalado neste Núcleo.".

O presidente da Câmara Municipal de

Torres Vedras congratulou-se com a criação do Núcleo da ADFA que, segundo referiu, "apenas peca por tardia". Disse ainda que aquelas instalações não eram as mais apropriadas para os grandes deficientes no que concerne às acessibilidades mas que estava sensibilizado para uma mudança "assim que surja uma oportunidade". Acres-centou que a sua grande preocupação é "o despiste, encaminhamento e acompanha-mento dos ex-combatentes afectados pelo Stress de Guerra" e disse conhecer "casos concretos, no meu Concelho, de ex-comba-tentes com esta doença e espero que o Núcleo de Torres Vedras possa, a curto prazo, efectuar o levantamento destas situações e darlhes o encaminhamento devido"

Após um "Porto de Honra" nas instalações do Núcleo, foi servido um jantar no Restaurante "O Diamante", com a presença de 43 associados, familiares e amigos da ADFA, que decorreu "num ambiente de franca e saudável confraternização".

Participaram no evento diversas personalidades que contribuíram para o apetrechamento das instalações do Núcleo, "o que demonstrou a boa inserção local da ADFA, tendo em conta os objectivos a prosseguir".



hospitais militares, o acompanhamento dos associados e famílias e a sensibilização de outras instituições, entre outras.

Entre os convidados estiveram os representantes do Julgado de Paz de Telheiras, da LPDM, da CVP, da Junta de Freguesia do Lumiar, dos centros comunitários da Parede e Telheiras, dos Inválidos do Comércio e do Lar Militar da CVP. •

Participaram no evento: 20 jogadores na Sueca, 18 no Ténis de Mesa, dez no Snooker, 30 no Remo adaptado, 16 técnicos e dez auxiliares.

Na Sueca, o 1º lugar coube à dupla Aldina Parreira e João Parreira (Afásicos), o 2º a Ricardo Galante e Rui Guerreiro (AFID) e o 3º a Francisco Baeta e Jorge Pedro (APPC).

No Ténis de Mesa-femininos foi Filomena (Afásicos) que se classificou em 1º, seguida de Daniela (Crinabel). Em Juvenis, Sacadura (individual) alcançou a primeira posição. Em masculinos, Pascoal (APD) ficou em 1º, seguido por João Martins (APD) e Mata da Silva (ADFA).

No Snooker foi Vicente (individual) que conquistou a primeira posição, com o 2º lugar ocupado por Rogério Sequeira (ADFA) e o 3º por

Prova de pesca em Peniche

Realizou-se, em Peniche, no dia 10 de Junho, a 14ª Prova de Pesca de Mar, com a participação de cerca de 30 pescadores portadores de deficiência. familiares e amigos.

Na entrega dos prémios estiveram presentes o governador Civil de Leiria, José Leitão da Silva, o presidente da Direcção da Delegação de Lisboa, Francisco Janeiro, o 2º vogal da Direcção da Delegação, Fernando Carvalho, e o presidente do Núcleo de Peniche, Horácio Luz.

Seguiu-se uma sardinhada de confraternização

com todos os participantes.

om todos os participantes.

Nas classificações, em Masculinos, os resultados foram os seguintes: 1º - Rui Dinis, ADFA-Lisboa, 18 kg; 2º - Vítor Leal, Núcleo Peniche, 16,5 kg; 3º - Américo Monteiro, ADFA-Lisboa, 15,3 kg; 4º - Nuno Leal, Núcleo Peniche, 14 kg; 5º - Jorge Neto, ADFA-Lisboa, 13 5 kg; 6º - José Vigna, ADFA-Lisboa, 13 kg; 60° - José Vigna, 40° -Lisboa, 13,5 kg; 6º - José Viana, ADFA-Lisboa, 13 kg.

Também participou Fernanda Moreira, esposa

A equipa da ADFA esteve também no 3º Concurso de Pesca Desportiva na Muralha de Belém, organizado pelo Grupo de Pesca Desportiva "Carochas dos Olivais", no dia 15 de Junho.

O evento contou com a participação de 103 pescadores, de 23 equipas e de cinco agrupamentos.

Na classificação por equipas, o 1º lugar foi conquistado pelo Silveirense, com 13.356 pontos, o 2º pelo Olivais, com 9.580 pontos e o 5º pela ADFA, com 2.460 pontos.

Pela equipa da ADFA estiveram José Joaquim, em 36º, com 1.180 pontos, Alberto Moreira, 46º, com 900 pontos, e Jorge Neto, 65° , com 380 pontos.

XVI Alverquíadas

A Delegação de Lisboa participou, através do seu Núcleo de Vila Franca de Xira, nas provas de Pesca Desportiva, Snooker e Ténis de Mesa, integradas nas XVI Alverquíadas, organizadas pela Junta de Freguesia de Alverca, com o apoio da Câmara Municipal, de 10 de Maio a 14 de Junho.

No Ténis de Mesa, com organização do Grupo Desportivo dos Bombeiros Voluntários de Alverca, no dia 17 de Maio, no Pavilhão Municipal de Alverca, participaram os associados João Domingos e Mata da

No dia 25 de Maio, na Prova de Pesca Desportiva, organizada pelo mesmo grupo desportivo, na Vala da Caneja, em Vila Franca de Xira, estiveram presentes os pescadores Jorge Neto, José Joaquim, Fernando Sousa e Américo Monteiro.

Na prova de Snooker organizada e realizada no Centro Social e Cultural do Bom Sucesso em Alverca, esteve o associado Francisco Rogério. Sequeira, tendose classificado em 1º lugar. •

Passeio de barco no Douro

A Delegação de Lisboa vai organizar um passeio de barco no Douro, nos dias 20 e 21 de Setembro.

"Disfrutando de uma paisagem única de encantamento e calma, vamos conhecer os lugares históricos do Vinho do Porto, apreciando a gastronomia da região", referiu a organização.

Outras informações são divulgadas na próxima

Cursos de mergulho para deficientes

A NAUTIcDIVER, escola de mergulho, com técnicos especializados no acompanhamento a grandes deficientes, propõe-se realizar cursos de mergulho, em piscina e no mar, com material cedido para o efeito, para os associados da ADFA interessados...

Aos interessados, a NAUTIcDIVER, proporciona baptismos de mergulho na sua piscina de Pedrouços, Lisboa, a preços especiais para associados da ADFA e seus familiares.

Para informações e inscrições deve contactar-se a Delegação de Lisboa - Departamento de Desporto, pelo telefone 21 751 2600. •

Ricardo Batista (C.R. 2 Fevereiro).

No Remo Indoor Teresa João (Afásicos) ganhou o Prémio ADFA, Pedro Ferreira (APPPC), ganhou no Banco Fixo Masculino e Susana Pinto (APPC) ganhou no Banco Fixo Feminino.

Em Masculinos, o 1º lugar foi para Amílcar Mahala (APDA), seguido de Luís Ferreira e Jorge Esteves (ambos da Crinabel).

Em Femininos, conquistaram o 1º prémio Sónia Correia (Crinabel), o 2º Helena Duarte (AFID) e o 3º Mónica Gouveia (Crinabel).

O Encontro contou com os apoios da CP, da Câmara Municipal de Lisboa, da Central de Cervejas, da Dancake, da Federação Portuguesa de Remo e da Junta de Freguesia da Ameixoeira.

"Informar e Divulgar Igual a Inclusão"

A problemática da terceira idade dos cidadãos portadores de deficiência, com especial destaque para os deficientes militares, foi o tema central do Colóquio "Informar e Divulgar Igual a Inclusão" promovido pela Delegação de Lisboa, através do Serviço Social, no dia 17 de Junho.

O evento realizou-se no âmbito do projecto de estágio de Rosa Santos, que organizou a logística, convites e o programa.

Com o objectivo de informar e sensibilizar os associados da ADFA para a terceira idade e as suas repercussões sociais, físicas, psicológicas e familiares, o Colóquio teve também por missão divulgar os serviços da ADFA ao exterior, das entidades convidadas e através

participantes.

técnicos falaram sobre os serviços clínicos e associativos que a Delegação de Lisboa presta aos associados e à comunidade dos deficientes

O Serviço Social e a terceira idade foi o tema que dominou o segundo painel, com a participação da técnica da Delegação de Lisboa e coordenador, bem como de três representantes do Centro Comunitário da Parede e da Cruz Vermelha Portuguesa -Núcleo da Costa do Estoril, que explicaram o

funcionamento daquelas instituições. O stress de guerra foi um dos assuntos apresentados, referindo-se também o agravamento da deficiência como factor que motiva a urgente intervenção social nesta área.

Destacaram-se, nas actividades de Os dirigentes da Delegação de Lisboa e os intervenção social, as visitas domiciliárias e aos

VI Encontro Desportivo para Deficientes

"A realização, no passado dia 24 de Maio, do VI Encontro Desportivo para Deficientes organizado pela Delegação de Lisboa, na Sede, revestiu-se de inevitável êxito que se manifestou numa presença superior a 100 deficientes", realçou a Direcção da Delegação (DD).

Estiveram representadas as seguintes instituições: AFID, APD (Amadora), APD (Lisboa), APPC (Núcleo Regional do Sul), Associação Nacional de Afásicos, Clube Recreativo 2º Fevereiro, CRINABEL (Lumiar), Desportivo da Graça e o Grupo Desportivo. Estiveram presentes váios amigos da ADFA e destacou-se a participação de pessoas portadoras de deficiência visual.

Este Encontro Desportivo está inseridos no programa de Desporto e Lazer da Delegação de Lisboa "tem por base o salutar convívio entre pessoas que por uma ou outra razão ficaram diminuídas fisicamente", referiu a organização.

Foram distribuídas medalhas a todos os participantes e taças aos melhores classificados em cada modalidade, culminando a festa num lanche com todos os participantes.

IIII HO 2003

Mais vitórias na Orientação

A equipa de orientação da ADFA deslocou-se nos dias 7 e 8 de Junho a mais uma prova de orientação para o Ranking Pedestre da Taça de Portugal. Tratou-se do Campeonato Nacional de Park e Campeonato Nacional de Estafetas. As provas disputaram-se na zona da Nazaré, tendo os atletas da ADFA alcançado as seguintes classificações:

Juniores Masculinos - Sérgio Caldeira, 2º; Marcelo Pinto, 10º; João Alves, 13º; entre 27 participantes. Seniores Femininos - Milena Dneboska, 4º; Emília Silveira, 7º; Lídia Magalhães, 8º; Sandra Rodrigues, 10º; Ana Oliveira, 11º; entre 25 participantes. Seniores Masculinos - Marco Póvoa - 1º; Pedro Nogueira, 4º; Miguel Morais, 9º; Soares dos Reis, 10°; entre 46 participantes. H21A -Jaime Torres, 2º; entre 13 participantes. H21B - Luís Quintanova, 15º; entre 50 participantes. Veteranos I - Mário Duarte, 1º; Manuel Pardal, 3º; António Alves, 9º; Amadeu Pinto, 14°; Valdemar Sendim, 25°; entre 45 participantes. Veteranos II - Jacinto Eleutério, 3º; Alvaro Coelho, 10º; Crispim Júnior, 15°; entre 38 participantes.

Na soma de todos os escalões, a equipa da ADFA conseguiu a 2ª posição entre as 45 equipas presentes, e sagrou-se campeã nacional em Seniores Masculinos e Veteranos I e atingiu o 2º lugar em Juniores Masculinos, Veteranos II e Seniores Femininos.

Campeonato Nacional de Estafetas

No Campeonato Nacional de Estafetas as

classificações foram as as seguintes:

Juniores Masculinos – em 2º lugar - Sérgio Caldeira e Marcelo Pinto; Avelino Alves. Seniores Feminino – 1º lugar - Emília Silveira, Lídia Magalhães e Milena Dneboska. Seniores Masculinos – 1º lugar – Marco Póvoa, Soares dos Reis e Pedro Nogueira. Veteranos I – 1º lugar - António Alves, Mário Duarte e Manuel Pardal. Veteranos II – 2º lugar - Jacinto Eleutério, Álvaro Coelho e Crispim Júnior. Popular Longa – 1º lugar – Amadeu Pinto, Sandra Rodrigues e Jaime Torres.

A nossa equipa sagrou-se Campea em Seniores Masculinos, Veteranos I, Seniores Femininos e Popular Longa, sendo 2ª classificada em Juniores Masculinos e Veterano II.

Portugal Meeting 2003

A equipa de orientação da ADFA deslocou-se, no período de 1 a 4 de Março, à mais importante competição que se disputa no nosso País, e até na Península Ibérica, o Portugal Meeting 2003.

A prova disputou-se na zona de Viana do Castelo e de Paredes de Coura, tendo os nossos atletas alcançado as seguintes classificações:

Juvenis Masculinos - Marcelo Pinto, 5º entre 35 participantes. Júniores Masculinos - Sérgio Caldeira, 13º, e Avelino Alves, 22º, entre 40 participantes. D21A - Lídia Magalhães, 12º entre 46 participantes. H21B



- Luís Quintanova, 33º, entre 88 participantes. H21E - Milena Dneboska, 12º entre 24 participantes. H21E - Daniel Pires, 25º, Pedro Nogueira, 31º, Marco Póvoa, 35º, Soares dos Reis, 36º, e Miguel Morais, 39º entre 75 participantes. H35 - Mário Duarte, 3º, e Manuel Santos, 14º, entre 42 participantes. H40 - Amadeu Pinto, 7º entre 49 participantes. H45 - Jacinto Eleutério, 5º, e Crispim Júnior, 10º, em 34 participantes.

A equipa conseguiu a 4ª posição entre mais de 100 equipas participantes.

A prova disputada no dia 2 de Março contou para o Ranking da IOF (Ranking Mundial) e, pela primeira vez na história da orientação Portuguesa, um nosso atleta classificou-se nos dez primeiros lugares. Foi o atleta da ADFA Marco Póvoa, que alcançou o 3º lugar a menos de um minuto dos primeiros.

No Portugal "O" Meeting 2003, o dia 2 de Março contou para o Ranking da Taça do Mundo. Foi um percurso de distância média realizado junto à Praia da Amorosa (Viana do Castelo). O atleta da ADFA Marco Póvoa, classificou-se no 3º lugar, o que aconteceu pela 1º vez na curta história da orientação portuguesa.

Os 5 primeiros atletas desse percurso foram: 1º - Marian Davidik, República Checa, 31.56; 2º - Troy de Haans, Finlândia, 33.29; 3º - Marco Póvoa, Portugal (ADFA), 34.15; 4º - Matthias Gilgien, Suíça, 34.24; 5º - Beat Schaffner, Suíça, 34.27.

Na soma dos quatro percursos o melhor atleta português foi Daniel Pires, da ADFA, em 25º lugar, ficando Marco Póvoa na 35ª posição. •

Breves

Famalicão

Consultas de Clínica Geral

A Delegação de Famalicão informa que as consultas do Dr. Ricardo Lemos, de clínica geral, passam a ser à quarta-feira, pelas 17h00, a partir de Julho.

Viseu

Actividades associativas

Na Escola E-B 2,3 de Vouzela, esteve patente uma exposição alusiva à Guerra Colonial, durante uma semana e, no dia 4 de Junho, realizou-se, na Biblioteca, duas sessões esclarecedoras, com intervenções dos responsáveis da ADFA - Delegação de Viseu e muitas perguntas dos alunos da escola.

Foi mais uma acção demonstrativa do querer estar em sociedade, das pessoas quererem estar com os homens que estiveram na guerra, lutaram, defenderam, serviram e honraram Portugal!

As perguntas foram diversas: se tínhamos medo, raiva, ódios, se matámos muita gente inimiga, como era o viver da gente africana, a saudade da família, como a sentíamos e a vivíamos, enfim, se valeu, ou não, a pena a luta, a guerra, o sacrifício duma vida a sofrer deficiente. Vale sempre a pena quando a

liberdade e a democracia prevalecem, quando estes valores estiverem em perigo, por mim, estou sempre disposto a lutar! •

Angariação de Fundos

Está em curso, através de Delegação de Viseu, uma campanha de angariação de fundos para o arranjo da casa da D. Laurentina, viúva de um militar que combateu na Guerra Colonial, que ficou na altura com 11 filhos para criar, sem um tostão para o seu sustento. Valeu, na época, o esforço desta mulher, a ajuda das pessoas

amigas e da ADFA, que conseguiu uma pensão e outras ajudas.

"Agora é preciso fazer algo para que esta família possa ter uma casa para habitar e concerteza que tudo vamos fazer, com a ajuda de todos, para ver se para o próximo Inverno já não chove na casa da D. Laurentina", salienta Joaão Gonçalves, presidente da Direcção da Delegação de Viseu.

Os donativos recebidos durante o mês de Junho foram os seguintes: João Francisco Pereira, 60,00 euros; Francisco Ferreira Baptista, 30,00 euros; João Manuel Santos Gonçalves, 15,00 euros.

SERVIÇOS MÉDICOS E PSICOSSOCIAIS DA DELEGAÇÃO LISBOA

UROLOGIA médico: Dr. Paulo Vale 5º feira - 9H00 (quinzenal) GASTRENTEROLOGIA médico: Dr. Raúl Vieira dos Santos 4.°° - 9H00 (quinzenal) FISIATRIA médico: Dr. Barros Silva 4º feira - 16H00 **FISIOTERAPIA** técnico: Carlos Rodrigues Todos os dias, das 9h00 às 13h00 ANALISES CLÍNICAS 6º feira - 9H00 às 10H00 MEDICINA DENTARIA Dr. José Eduardo Antunes 3º feira das 9H00 às 13H00 e das 14H00 às 18H00 Marcações: Elizabete Maria SERVIÇO PROTESICO

PSIQUIATRIA médica: Dra. Margarida Botelho 6.°° - 8H00 às 12H00 (quinzenal)

técnico de próteses dentárias: Carlos Lopes 4º feira - 9H00 PSICOLOGIA CLÍNICA E STRESS DE GUERRA

Drª Teresa Infante - Todos os dias Atendimento a crianças, adolescentes, adultos; orientação vocacional; associados e excombatentes afectados pelo Stress de Guerra **Marcações:** com a própria

CLÍNICA GERÁL '
médico: Dr. Fernando Brito,
2º feira - 13H00 5º feira -13H15

APOIO AOS ASSOCIADOS

APOIO JURÍDICO

Dra. Inês Soares Castro 2.º a 6.º feira das 9H00 às 13H00 Marcações:

Secretaria/Atendimento (ver Horário e Telefone) Tel.: 21 751 26 00 (Geral)

ACÇÃO SOCIAL

TCor Silvério Rodrigues e Drª. Vera Mouta 2º feira das 09H00 às 18H00 3º a 6º feira das 09H00 às 12H30

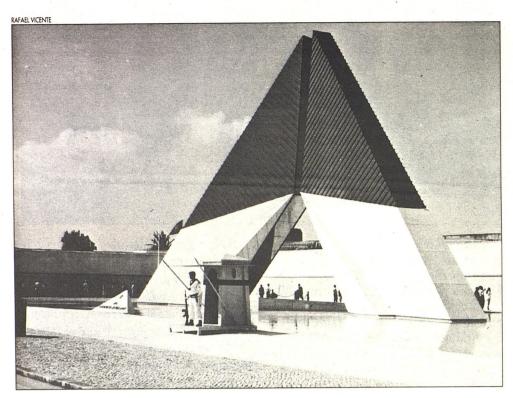
HORÁRIO

Expediente 09h00 às 18h00 Intervalo de Almoço 12h30 às 14h00 Serviço de Almoço das 12h15 às 14h30 Serviço de Bar das 9h00 às 18h00



Monumento aos Combatentes do Ultramar

10.º Encontro Nacional de Combatentes



Os antigos combatentes reuniram-se em homenagem aos militares que tombaram no decorrer da Guerra Colonial, no dia 10 de Junho, junto ao Monumento aos Combatentes do Ultramar, em Belém, Lisboa. Presidiu à cerimónia o secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes, Henrique de Freitas.

A ADFA esteve representada pelo presidente e 3º secretário da DN, Patuleia Mendes e Armando Alves. Também compareceram elementos dos Órgãos Sociais da Delegação de Lisboa, os associados Francisco Janeiro e Couto Ramos, entre outros

O general Silva Cardoso, a quem coube fazer a alocução nesta cerimónia, referiu um episódio que constitui um dos "factos que perduram nítidos na memória mesmo que tenham decorrido mais de 40 anos", recordando o que aconteceu no dia oito de Maio de 1961, "quando um velho e obsoleto PV-2 sobrevoava o Norte de Angola onde, nos dois

meses precedentes, tivera lugar o maior genocídio da História de Portugal".

O general aludiu aos "cerca de sete mil seres humanos entre crianças, mulheres e homens, independentemente da sua cor, idade ou credo, haviam sido selvaticamente assassinados numa parcela do território português", referindo à "secção de 12 páraquedistas comandada por um alferes, à qual se tinham juntado cerca de duas dezenas de colonos que haviam escapado à sangrenta carnificina", que tinha como missão fazer a segurança a uma "área superior ao nosso Alentejo".

Referiu ainda que, no Bungo, onde o alferes Mota da Costa e os seus homens pernoitaram, foi encontrado, posteriormente, um manuscrito com uma mensagem destinada aos homens que, voluntariamente, tinham decidido cooperar na defesa daquela área e que ficou conhecida como a "Proclamação do Bungo", classificando aquele

documento como "um enorme exemplo para todos os que envergam uma farda e que, em qualquer parte do País ou do mundo, tenham de enfrentar situações que a força das armas já não pode resolver, mas onde é exigida uma liderança esclarecida e firme e os mais puros sentimentos duma correcta noção do dever e do amor à Pátria".

Invocando a memória de Mota da Costa como símbolo, o general prestou "profunda e sentida homenagem" aos que perderam a vida, dizendo a todos os sobreviventes "bem hajam pelo esforço generoso que deram em prol da Pátria e dos territórios que também eram Portugal".

O general defendeu "que se acabe, duma vez por todas, com o negativismo que está subjacente a toda e qualquer alusão à acção desenvolvida por militares em terras de África; com os epítetos da hedionda, criminosa, opressora, vergonhosa e suja guerra colonial, como, com muita frequência, aparece rotulada a acção dos combatentes; com a mentalização que, desde os primeiros anos da escolaridade, se pretende inculcar nos jovens, fazendo-os crer que foi injusta a acção conduzida pelos militares nesses territórios até então portugueses; com a mistificação da nossa história no período em causa, urdida para branquear as acções subsequentes ao calar das armas e assim desresponsabilizar os autores da traição".

O general concluiu afirmando que "continuaremos a nossa luta, não baixaremos os braços em memória dos que lá morreram e dos que já partiram e na defesa da dignidade dos que se empenharam com todo seu querer, coragem e abnegação na guerra que nos foi imposta", assinalando e agradecendo a presença do secretário de Estado da Defesa Nacional, e constatando "a ausência quase total das forças vivas da Nação".

A cerimónia culminou com a deposição de coroas de flores de algumas associações e clubes presentes. •

Clube Escolamizade organiza conferência

Guerra Colonial em debate no Algarve

O "Clube Escolamizade", uma Associação de ex-militares da Armada com sede em Albufeira, em colaboração com outros excombatentes representando a Força Aérea e o Exército, constituiu um grupo de trabalho para levar a efeito em 15 de Novembro de 2003, pelas 15h00, no Auditório Municipal daquela cidade, a 2ª Conferência/Debate sobre a Guerra Colonial.

O objectivo da iniciativa consiste em trazer a público no Algarve uma temática actual da vida nacional, "dado que a guerra colonial afectou, afecta e afectará por muitos anos a sociedade portuguesa, devido ao envolvimento directo em zonas operacionais de dezenas de milhares de jovens de então, com um significativo número de mortos e feridos", referiu a organização.

"Para além dos deficientes reconhecidos oficialmente, há ainda aqueles que sofrem no silêncio e que a pátria ignora, cujo número só não aumenta porque entretanto a dor ceifalhes a vida, já que a idade média de vida dos veteranos de guerra é significativamente mais baixa do que a normal no resto da população, devido não só ao envolvimento no teatro das operações da guerrilha, como também aos efeitos colaterais das próprias campanhas (clima insalubre, água e alimentação deficitárias, etc.)", acrescenta a Direcção do Clube Escolamizade.

Referindo os vários governos "que muito pouco têm feito a favor destes homens que lutaram ao serviço da Pátria", a organização alerta para os "casos de extrema miséria que se vão revelando "a posteriori" nos homens que estiveram na Guerra Colonial, consoante os anos avançam, visto muitos deles estarem a perder as suas capacidades e aptidões, por terem ficado marcados para sempre".

O Clube destaca ainda as viúvas, que "nunca tiveram uma palavra de conforto de

ninguém, mães que ficaram sem os filhos em grito de dor contínuo, e órfãos de combatentes que nunca conheceram o pai, sem que alguém lhes explicasse a razão".

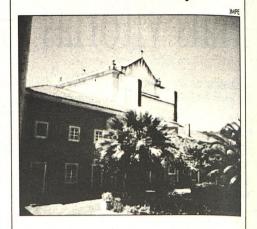
Por estas e outras razões o Clube Escolamizade salienta que "importa conhecer este grupo de veteranos de guerra, através desta conferência/debate, com entrada livre e um tema de grande alcance social".

Antes da conferência está prevista uma peça de teatro, que remonta ao tempo da guerra colonial.

Estão a ser convidadas entidades relacionadas com ex-combatentes, nomeadamente associações representativas e técnicos de saúde com larga experiência nestes assuntos.

O grupo de trabalho assegura que vai continuar a sua tarefa dinamizadora e de esclarecimento na imprensa em nome dos veteranos e suas famílias, das quais eles próprios são parte integrante.

Instituto Militar dos Pupilos do Exército Reabriu inscrições



Por decisão do Chefe do Estado-Maior do Exército, não foram admitidos novos alunos para os Ensinos Básico e Secundário, nos dois últimos anos lectivos, do Instituto Militar dos Pupilos do Exército (IMPE). Apenas o Ensino Superior Politécnico manteve o seu normal funcionamento.

Alunos, ex-alunos, encarregados de educação, funcionários, militares e professores viram nesta decisão a extinção, a prazo, deste Estabelecimento Militar de Ensino, criado em 1911 para acolher e formar os filhos dos militares de mais baixa patente. Imediatamente se reuniram inúmeras vontades que se mantiveram firmes ao longo destes dois últimos anos na defesa da continuidade do IMPE. Bateram a inúmeras portas, promoveram acções de sensibilização da opinião pública através dos órgãos de comunicação.

Esse esforço acaba de ser recompensado com o Despacho nº. 112/MEDN/2003, de 23 de Maio, do Ministro de Estado e da Defesa Nacional, que vem reconhecer a qualidade técnica e científica do ensino ministrado nos três Estabelecimentos Militares de Ensino (Colégio Militar, Instituto de Odivelas e IMPE) e a cultura de valores, «em que o patriotismo e a cidadania se destacam, garantindo a formação de gerações sucessivas de jovens que contribuem para a coesão do país».

Esta decisão teve como efeito prático imediato a reabertura das inscrições para os Ensinos Básico e Secundário para o próximo ano lectivo (2003/2004). Aponta, além disso, para medidas mais abrangentes para o futuro dos três estabelecimentos. Particularmente em relação ao IMPE, este despacho prevê o seu reenquadramento institucional (deixará de estar na dependência directa do Exército) e a sua transformação em externato.

Assinatura do protocolo de cedência do edifício da Rua de Francos, no Porto

da Direcção da ADFA o levantamento daquele

projecto, visto que é uma associação que não é

realçou ainda que "estamos a trilhar

caminhos muito difíceis", nomeadamente com

a elaboração do "Estatuto do Deficiente

Militar", "trabalho que exige a colaboração de

agora dado o primeiro passo inclui a

remodelação e ampliação das instalações da

desenvolvido por uma Comissão constituída

por elementos da Direcção de Delegação, da

Direcção Nacional e ainda por associados de

reconhecida capacidade na área da gestão

O projecto a desenvolver e de que foi

O projecto, de caracter nacional, está a ser

Concluindo, o secretário de Estado

só reivindicativa".

Delegação do Porto.

deste tipo de projectos.

todos".

Um espaço vivo na comunidade



O secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes, Henrique de Freitas. assinou com a ADFA o protocolo de utilização em que o MDN cede à ADFA parte do prédio militar n. 45, na rua de Francos, no Porto. A cerimónia teve lugar no MDN, no dia 26 de Junho, e contou com a presença do directorgeral de Infra-estruturas do MDN e de outros representantes dos departamentos do MDN. bem como com os elementos da Direcção da Delegação do Porto.

Após a assinatura do protocolo, o presidente da DN, Patuleia Mendes, acompanhado pelo 1º vice-presidente, afirmou que "a assinatura deste protocolo vem no sentido da solução de uma situação que não era de todo em todo clara e transparente", referindo que era intenção da ADFA e do MDN ver a situação clarificada.

Recordando a visita do secretário de Estado à Sede da Delegação do Porto e o projecto apresentado então, que trará melhores estruturas e serviços aos deficientes militares, informou que, depois de uma reunião junto da Secretaria de Estado do Desporto e da Juventude, a ADFA conheceu a sua disponibilidade para apoiar aquele projecto.

'O trabalho de recuperação daquele prédio vai torna-lo num espaço vivo para a comunidade envolvente", referiu o presidente, realçando o esforço da Direcção-Geral das Infra-estruturas do MDN para a concretização deste protocolo.

O secretário de Estado referiu que "esta é uma solução equilibrada que responde ao que a ADFA pretende", sublinhando que "o MDN também exige e desafia para que em breve possamos estar no Porto a lançar a primeira pedra deste projecto".

Para Henrique de Freitas, "está nas mãos

elaborado um projecto que passa pela criação das seguintes Unidades: Unidade de Apoio Social e Ocupacional

Partindo da actual realidade, está a ser

- Centro de Alojamento temporário;
- Sub-Unidade de Apoio Integrado;
- Centro de Actividades Ocupacionais;
- Centro de dia;
- Apoio Domiciliário;
- Serviços de Apoio.

Unidade de Apoio ao Desporto e à Actividade Física

- Pavilhão Gimnodesportivo;
- Ginásio;
- Centro de Apoio Terapêutico;
- Balneários;

Unidade de Gestão e Administração

- Secretaria Geral;
- Gabinetes Técnicos;
- Contabilidade;
- Auditório;
- Serviços de Apoio.

O funcionamento dos Serviços que se pretendem implementar, passará pelo aproveitamento da excelente localização do terreno da ADFA, criando espaços que poderão ser geridos de forma a propiciar

O Projecto de Remodelação e Ampliação das Instalações do Porto para dar lugar ao Centro Social, foi já entregue na Câmara Municipal do Porto para aprovação.

Têm sido várias as reuniões efectuadas para estudo e implementação deste Projecto, referindo-se a audiência que teve lugar na Secretaria de Estado da Juventude e Desporto, no dia 25 de Junho, em Lisboa, para apresentação do Projecto relacionado com o módulo da educação física e do desporto. •

Associado falecido

Aos familiares e amigos do associado falecido apresentamos as nossas mais sentidas condolências

António Augusto Coelho

Associado n.º 4200 86 and Falece 12/05/0



Residia em Figueiró da Serra, Gouveia. Serviu no Regimento de Infantaria 20, Figueira da Foz.

Artur Sequeira Martins

Associado n.º50 51 and 29/05/0



Residia na freguesia de Belver, Gavião. Deixa viúva Maria Francisca de Matos Lérias Martins. Serviu em Angola, no Batalhão de Caçadores 4911.

José Pestana Freitas

Associado n.º 1291

RV



Residia em Boaventura, São Vicente, Funchal. Serviu na Guiné, na Companhia de Artilharia 2732.

Isabel Fernandes Leixo

Associada n.º 1221 80 and Falece 04/02/0



Residia em Serra de Água, Machico.

Maria Fernanda Silva

Associada n.º 961 53 and



Residia em Vandoma, Paredes.

Stress de Guerra - Rede Nacional de Apoio

)FA aponta novos rumos

Realizou-se no dia 12 de Junho nas instalações da Delegação do Porto uma reunião de trabalho sobre a Rede Nacional de Apoio e os constrangimentos do seu funcionamento.

A reunião contou com a presença do general Fernando Aguda, sub-director-geral de Pessoal e Recrutamento Militar do Ministério da Defesa Nacional. A Direcção Nacional e as equipas que trabalham no apoio ao Stress de Guerra das delegações do Porto e Lisboa apresentaram ao General Aguda os seus pontos de vista sobre o funcionamento

da Rede Nacional de Apoio e mostraram-se totalmente disponíveis para colaborarem na eliminação daquilo que consideram constituir obstáculo para que a mesma atinja os seus plenos objectivos.

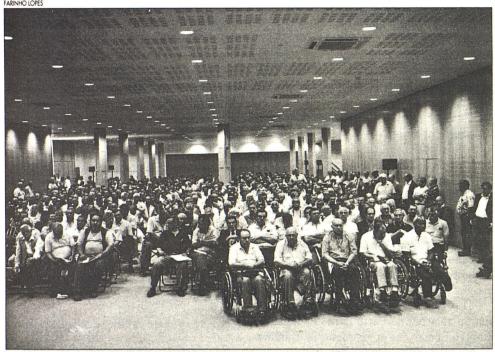
No final da reunião, de intenso debate sobre "tão delicada matéria", foram encontradas pistas inovadoras para a abertura e eficácia da Rede Nacional de Apoio que, a serem assumidas pelo MDN, resolverão muitos dos constrangimentos com que aquela



A preparação desta reunião tinha-se iniciado com a realização, no dia 4 de Junho, de um encontro entre as equipas técnicas daquelas delegações. •

Assembleia Geral Nacional Extraordinária

Um aviso de que a



Mais de 560 associados participaram na AGNE

A ADFA realizou, no dia 28 de Junho, no Centro de Congressos de Lisboa (antiga FIL), uma Assembleia Geral Nacional Extraordinária (AGNE) onde foi debatida a actual legislação relativa aos deficientes militares e as lacunas de que padece. Os 561 associados presentes decidiram "dar um aviso de que esta casa está em marcha e que não vamos deixar que ponham o problema economicista em detrimento das situações dos que mais precisam".

O presidente da DN apelou: "vamos demonstrar a nossa seriedade. Temos força porque aquilo que reivindicamos é justo".

Vários foram os associados que nas suas intervenções afirmaram "Nada sobre nós sem nós", o lema do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência, adaptando-o ao trabalho e estudo que estão a ser efectuados no MDN sobre o "Estatuto do Deficiente Militar".

O decorrer da AGNE baseou-se na enumeração das medidas legislativas a promulgar, de acordo com a prioridade estabelecida pela ADFA, depois de efectuadas diversas reuniões com os Órgãos Nacionais e as delegações, não sendo descuradas as restantes matérias urgentes que já se encontram em negociações avançadas.

"Pretende-se que as questões abordadas recebam garantia de resolução por parte do Governo, durante o corrente ano, sem o que os associados da ADFA se permitirão tomar iniciativas públicas, logo no início de 2004, as quais vincarão a sua legítima indignação, e terão incidência mais profunda e final na comemoração do seu 30.º aniversário, em 14 de Maio", salientou a Direcção Nacional, ao ler o documento base para o caderno reivindicativo agora aprovado.

Para o associado Luís Machado, "a afluência dos associados deve-se à preocupação com os problemas legislativos", pelo que a AGNE "deveria ter sido realizada no início do mandato desta DN". O associado lembrou que no 28º aniversário da ADFA, em

Famalicão, segundo o ministro, "tudo parecia fácil", mas que pouco se avançou entretanto.

Vários outros associados referiram que o Estatuto do Deficiente Militar pode constituir "um problema para nós", ao que a DN esclareceu que aquela compilação legislativa tem como objectivo principal "abranger todos os deficientes militares".

Foi ainda contestada por alguns associados a proposta de que a marcha marcada para o fim da AGNE se fizesse em silêncio e sem palavras de ordem ou outros símbolos que não as bandeiras da ADFA, Nacional e do AEPD. No entanto, a generalidade da Assembleia aprovou que a deslocação se efectuasse de autocarro directamente para o Monumento, sem outros símbolos ou palavras de ordem.

Foi realçado, pelo associado Titus Cuna, que os problemas legislativos que abrangem os associados africanos "não estão reflectidos no documento", lembrando que "30 a 40 por cento dos militares que serviram na Guerra Colonial foram pretos".

Para o associado Daniel Folha, bastava uma leitura mais precisa do DL 43/76 para que se fizesse justiça em relação às disparidades entre decisões das juntas militares e da CGA.

O associado Fernando Carvalho referiu que "não nos podemos deixar utilizar", salientando que "lutamos todos pela justiça para todos".

José Maia aplaudiu os atletas portugueses portadores de deficiência "que conquistaram tantas medalhas nos Europeus de Atletismo", sendo posteriormente aprovada uma moção de saudação pela AGNE.

A votação do documento da DN pela AGNE saldou-se com um voto contra e nove abstenções e com uma clara maioria, que o aprovou.

O evento culminou numa homenagem dos associados junto ao Monumento aos Combatente do Ultramar, em Belém, onde. entre alas das bandeiras das delegações da ADFA, com o estandarte da Associação e a bandeira do AEPD, o presidente da DN, Patuleia Mendes, afirmou que "comprometemo-nos a cuidar daquilo que hoje foi decidido". Os Órgãos Sociais Nacionais depuseram uma coroa de flores junto ao Monumento, acto em que foram acompanhados por uma viúva de guerra. Enquanto se cantava o Hino Nacional, alguns associados levantaram cartazes e protestaram contra a decisão da AGNE que determinou que não se realizasse a marcha prevista.

As medidas patentes no documento aceite pela AGNE e às quais a ADFA exige que o MDN dê respostas "breves e cabais, quer de aceitação, quer de calendarização", são as seguintes:

Ano Europeu das Pessoas com Deficiência

A dinâmica do AEPD "deve ser aproveitada pela ADFA para lutar pelo reconhecimento de um conjunto de direitos que há muito esperam resolução".

Saúde Militar e Lar Militar

O avançar da idade e o agravamento das deficiências levam a ADFA a encarar com preocupação o chegar da 3ª idade dos seus associados e a considerar imperioso que os apoios social, médico, terapêutico e protético a prestar pelas estruturas de saúde militar, referidos no DL 43/76, de 20 de Janeiro, e ainda não levados à prática, sejam concretizados em tempo útil. Os associados consideram que "o Lar Militar, criado para os deficientes militares, não pode continuar a ser gerido por forma a que os seus direitos sejam ignorados em benefício de deficientes civis e ao arrepio do regulamento do próprio Lar; nem se pode admitir o seu funcionamento sem as valências mínimas nos campos médico, social, psicológico e de cultura e recreio". A ADFA propõe que o Lar Militar "seja dotado de gestão e regulamento apropriados, passando para tal a depender directamente do MDN (que aliás já o subsidia directamente do seu orçamento, e indirectamente através dos militares ali colocados), com a implicação da DGPRM, com participação do Conselho Consultivo da Saúde Militar, e tendo como parceiros o IASFA e a ADFA".

Contencioso com a CGA

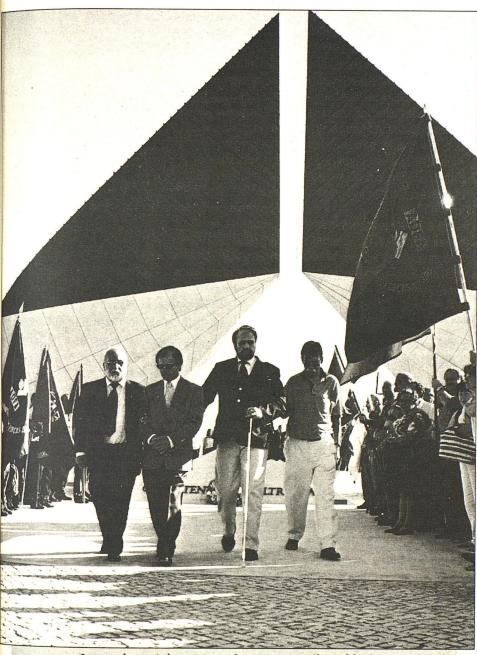
"A Caixa Geral de Aposentações tem vindo a ter diversos entendimentos quanto à interpretação de legislação em que os DFA saem sistematicamente prejudicados. Foi assim com o cálculo das PPS das viúvas, é-o com a contagem do tempo de serviço anterior à atribuição das pensões de DFA, é-o com a recusa da contagem do tempo de serviço nos termos da lei n.º 9 de 2002, de 11 de Fevereiro (antigos combatentes), apesar desse direito estar expressamente consignado nessa lei." Outros problemas prendem-se também com a recusa no pagamento de uma pensão provisória a quem já foi reconhecido o direito a ser pensionista, "arrastando-se numa situação, por vezes de miséria, e que pode levar anos, até à satisfação da pensão definitiva". Os casos apontados não carecem da saída de legislação especial, mas apenas de modificação do entendimento da CGA, por despacho da Secretaria de Estado do Orçamento.

Outra questão, considerada como "insustentável", tem que ver com as juntas da CGA, que vulgarmente "fazem letra morta" da avaliação das incapacidades dos deficientes, efectuadas pelas juntas de Saúde Militar, depois de longos processos de avaliação e acompanhamento médicos, e a consideração das sequelas ou doenças como não relacionadas com a campanha ou o mero serviço, menosprezando anos de instrução processual militar e os despachos do próprio MDN, até no que se refere aos afectados pelo stress de guerra, com desvalorização inferior a 30 por cento.



Os representantes dos três Órgãos Sociais Nacionais da ADFA

ADFA está activa



Centenas de associados assistiram à homenagem aos militares falecidos

Para a ADFA, "é inadmissível que uma estrutura administrativa, ou as suas juntas, tenham mais poder que as leis e as decisões dos ministros; que uma estrutura administrativa se permita ter entendimentos internos que vão ao arrepio de política traçada pelo Governo através de diploma legislativo", criando assim um conflito entre o poder democraticamente eleito e o "contravapor" praticado pela administração.

Clarificação do conceito de campanha

A classificação dos acidentes ou doenças em campanha, com casos idênticos a ter diferentes soluções, é outra "injustiça" que a ADFA quer ver resolvida. A Guerra do Iraque veio despertar as consciências para as implicações do ambiente operacional ("fogo amigo" e "danos colaterais"). A clarificação dos conceitos, englobando os acidentes com arma de fogo, acidentes de viação, e doenças endémicas, em ambiente operacional, serviria, não só para encerrar o contencioso do passado, mas também para garantir o apoio às presentes e futuras tropas

destacadas no exterior e foi considerada "urgente".

Limiar dos GDSEN

A atribuição da qualidade de Grande Deficiente do Serviço Efectivo Normal continua a ter o patamar inferior de 80 por cento, o que não corresponde ao conceito generalizado de 60 por cento para tal reconhecimento. A ADFA, sem sucesso prático até agora, vem defendendo que o limite seja baixado para aquela percentagem.

Stress de guerra

As lacunas e deficiências já detectadas na "Rede Nacional de Apoio", e expostas em variadas acções de apreciação do seu funcionamento continuam por resolver, "já que a insensibilidade, indisponibilidade e desconhecimento da patologia são patentes em muitos profissionais do Serviço Nacional de Saúde", ainda o único local de despiste e avaliação dos candidatos a utentes da RNA. A atribuição de um papel mais activo às ONG "é importante porque estão capacitadas e organizadas para lidar com o stress de guerra,

para conseguir um apoio eficaz à doença, e não limitado a actividades informativas e de acompanhamento, que deixam o padecente em expectativa gorada". A actual situação "acaba por descredibilizar e desacreditar as ONG perante os afectados, o conjunto dos antigos combatentes e a própria comunidade".

Reabertura do prazo para os DCFA

O diploma necessário à reabertura do prazo para apresentação de candidaturas a Deficiente Civil das Forças Armadas (milícias) está, "tanto quanto se sabe", em fase final de aprovação, mas a degradação de saúde dos potenciais interessados torna urgente a sua publicação imediata, "apesar das resistências de cariz economicista".

Gratificação do serviço de pára-quedista

A discrepância no pagamento do subsídio, criada por um entendimento da CGA, através do qual foram prejudicados os militares que foram classificados como DFA, a partir de Fevereiro de 1983, ficando algumas dezenas de militares em inferioridade em relação a outros, ao arrepio do conceito anterior e ao actual, "trata-se de uma situação de desigualdade perante a Lei que a ADFA não pode deixar de contribuir para corrigir".

Escala indiciária dos furriéis

"Provavelmente por lapso, dado que se trata de um posto em extinção e de classes inactivas", a escala indiciária dos furriéis não acompanhou o posto de referência nas últimas actualizações. A ADFA afirma a urgência da correcção "do que parece ser um simples erro administrativo".

DL 134/97, de 31 de Maio

A falta de condições para que as praças

tivessem podido optar pelo serviço activo e "as situações de injustiça gritantes criadas pelo DL 134/97 têm de ser reparadas". As declarações públicas do MDN apontam nesse sentido, e a ADFA não quer alhear-se deste processo, exigindo "um sinal inequívoco da sua resolução, ainda que com um diferimento da sua aplicação no tempo, que as actuais circunstâncias possam obrigar".

A DN informou que, "segundo o MDN, a forma de resolver este assunto será publicada em Lei ainda durante este ano".

Estatuto do Deficiente Militar

Considerado um "trabalho de fôlego", o MDN está a trabalhar para a sua resolução, que deverá abranger todas as situações de deficiências permanentes adquiridas por militares.

A ADFA está atenta ao desenrolar do processo, por forma a não só dar o contributo da sua experiência, mas também evitar qualquer perda de direitos ou benefícios adquiridos, que possa ser proposta, como sucedeu com a promulgação do DL n.º 503/99.

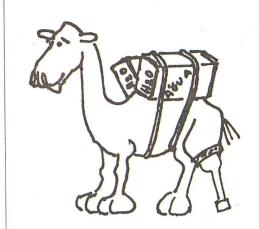
A AGNE estabeleceu que a ADFA deve "vincar bem que os seus horizontes não se esgotam nas questões ainda em aberto da Guerra Colonial, mas que, pelo contrário, continua a dar um exemplo de vitalidade no tratamento dos novos e futuros casos que vão surgindo e que é detentora de um conhecimento de causa incontornável para se chegar a uma legislação juridicamente consequente e socialmente correcta, como deve ser apanágio de um Estado de Direito, cônscio dos seus deveres para com os cidadãos e para com os desafios que a História lhe coloca". •

Texto de Rafael Vicente



Momento da deposição da coroa de flores junto ao Monumento

AMMAIS RAROS & INTERESSANTES



NOHE CIENTIFICO: CAHELLUS ATLETICUS POHE VULGAR: CAHELO PARALIHPICO

THE BONS RESULTADOS, HAS THE DELEVAR TUDO AS COSTAS.



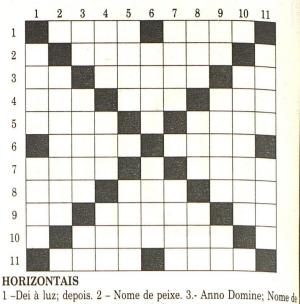
SOLUÇÕES HORIZONTAIS

I - Pari; após. 2 - Carapau. 3 - AD; caboz; tu. 4 - Loa; IRS; EUA. 5 - Lula; cibo. 6 - Rato; sara. 7 - Lago; loro. 8 - Ida; ;boa sal. 9 - Dá; bolsa; Oó. 10 **VERTICAIS**

- Lagosta. 11 - Cara; aero.

1 Bola (ing.); trabalho. 2 - Nome de peixe. 3 - Antes de Cristo, inunda; acolá. 4 - Regimento de Artilharia de Costa; amarro; botequim. - Irritai; nome de peixe. 6 - Inaugurei; tento. 7 - Sobrepôs; tosta. 8 ιοιο fogng - [] σεισσημ Tranquilidade; tinta branca; amarre. 9 - Alternativa; nome de peixe.

peixe; pronome pessoal. 4 - Cântico de louvor; imposto; Estados Unidos da América. 5 - Nome de molusco marinho; pedaço (prov.). 6 - Roedor; cura. 7 – Tanque de jardim; correia do estribo. 8 – Partida; sā; tempero. 9 - Oferece; saco de mão; sono das crianças. 10 - Crustáceo. 11 - Face,



prefixo de ar.

VENDA DE	AUTO	MÓVEIS	VENDA DE	AUTO	MÓVEIS	VENDA DE	AUTO	MÓVEIS	VENDA DE	AUTO	MÓVEIS
AOTK	SWAGE	N	1.9 TDI 130 cv Confortline	20.640,88	34.732,06	2.0 Sport 140 Cv 1.9	22.691,23	37.713,00	1.0 3p City	8.572,99	12.259,50
MODELO	P.BASE	P.V.P.	1.9 TDI 130 cv Conf Plus	21.366,41	35.595,44	Audi A4 Gasolina			1.0 5p Confort	9.371,31	13.209,50
			1.9 TDI 130 cv Highline	25.009,07	39.930,21	1.6 102 cv	22.112,89	33.243.01	1.2 5p Confort	9.204,77	13.979,50
Lupo			1.9 TDI 130 cv Plus Tiptron	22.877,42	37.300,27	1.8 163 cv	26.393,72	40.223,01	1.2 Joy 5p	9.259,39	14.044,39
1.0 Oxford AC	10.009,85	13.950,48	Passat Variant			Audi A4 Gasóleo			1.2 Sport 3p	10.137,54	15.089,49
9	12.181,61	19.237,80	1.9 TDI 100 cv Confortline	20 694 57	34.795.96		0	20 200 75		12.338,39	19.339,50
1.4 TDI Oxford AC	12.239,26	19.630,84	1.9 TDI 130 cv Confortline		36.182,42	1.9 TDI 130 Cv cx 6	24.461,60	39.089,75	1.7 DTI 5p Confort	10.585,26	20.264,50
1.2 3 litros	11.744,37	17.041,13	1.9 TDI 130 cv Conf Plus		37.045,82	2.5 TDI 163 Cv	29.075,02	50.663,00	1.7 DTI 5p Elegance	12.030,64	21.984,50
Polo			1.9 TDI 130 cv Highline		41.547,02	2.5 TDI V6 quattro 180 Cv		53.523,01	1.7 DTI 3p Sport	11.518,03	21.374,50
1.2 Conceptline 3p	9.764,91	14.716,51		20.007,70	41,547,52	Audi A4 Avant Gasc	olina		Astra		
1.2 Conceptline 5p	10.010,38	15.008,62	Charan			1.6 102 cv	23.280,96	34.633,01	1.2 5p Selection	11.911,07	17.199,99
1.4 Highline 5p	12.807,96	19.983,16	1.9 TDI Confort 7 Lugares		38.269,18	1.8 163 cv	27.561,78	41.613,00	1.4 5p Elegance	13.901,42	21.199,51
1.4 Highline Cx. Autom.	13.751,59	21.106,08	1.9 TDI Tiptronic 7 Lugares	28.972,46	40.285,75	Audi A4 Avant Gasa	óleo		1.4 5p Sport	13.779,84	21.054,83
1.4 TDI Confortline AC	14.257,33	22.032,35	Caddy			1.9 TDI 130 Cv	25.783,66	40.663,01	1.7 DTI 5p Eco	13.690,30	23.959,50
Golf			1.9 SDI 64 cv Van Entry	9.448,88	11.788,92	2.5 TDI 163 Cv	30.243,06	52.053,00	1.7 DTI 4p Selection	13.215,93	23,395,00
	10.000.41	21 200 00	1.9 TDI Van Confortline	14.867,46	22.054,21	2.5 TDI V6 quattro 180 Cv		54.643,00	1.7 DTI 5p Elegance	14.602,07	25.044,50
1.4 Confortline 5p	13.839,41	21.389,08 23.056,88	Touran			Audi A6 Gasolina			2.0 DTI 3p Sport	14.276,39	27.789,83
1.4 Conceptline JE/AC	16.013,59	29.106,59	1.6 Basis 5 Lug 115cv	18.272,18	28.762,48		01 100 / 0		Astra Caravan		
1.9 TDI Confortline AC 1.9 TDI Generation	16.405,38	29.572,82		18.894,62	32.524,54	1.8 T 150 Cv	31.183,63	46.042,00	1.2 Selection	12.474,09	17.869,99
	16.503,10	29.689,11		19.415.79	33.144,74	2.4 170 Cv	32.708,89	54.062,01	1.4 Selection	12.843.01	19.940,00
1.9 TDI Confor Tiptronic			ŭ.	22.379,80	37.401,90	Audi Aó Gasóleo			1.4 Sport	14.342,87	21.724,84
1.9 TDI Genert Tiptronic	17.807,33	31,241,14		22.900,97	38.022.09	1.9 TDI 130 Cv	31.624,00	47.732,01	1.7 DTI Selection	13.778,96	24.065,00
1,9 TDI Sport Generation	19.029,25	32.695,22	2.0 1D1 130 CV / tug	22.700,77	, 30.022.09	2.5 TDI 163 Cv	33.604,44	56.172,01	1.7 DTI Sport	15.278.82	25.849,84
1.9 TDI Highline	20.459,67	34.397,42		AUDI	,	2.5 TDI quattro 180 Cv	36.738,89	59.902,01	2.0 DTI Sport	15.305,80	29.014,83
1,9 TDI Sport Genr Tiptronic Golf Variant	20.387,94	34.312,07	MODELO	P.BASE	P.V.P.	Audi A6 Avant Gase	olina		Zafira	13.000,00	
						1.8 150 cv	32.839,09	48.012,00	1.6 16 V	15 6700 57	25.459,50
1.4 Confortline JE/AC	15.787,14	23.706,88	A			2.4 170 cv	34.364,35	56.032,01		15.6700,57	29.714,50
1.6 102 Cv Tiptronic	18.285,11	28.757,93	Audi A2			Audi A6 Avant Gas	óleo		2.0 DTI	15.893,76 17.078,63	31.124,50
1.9 TDI 100 cv AC Confort		29.754,31	1.4 75 cv Atraction	14.094,12	21.448,00	1.9 TDI 130 Cv	33.279,46	49.702,00	2.0 DTI Elegance	17.028,58	32.859,51
1.9 TDI 100 cv Tiptronic		31.425,61	1.4 TDI 75 cv Atraction	15.046,82	22.906,15	2.5 TDI 163 Cv	35.259,90	58.142,01	2.2 DTI Elegance	17.020,30	02.007,0
1.9 TDI 130 cv Spot Gene		33.167,17	1.2 TDI 61 cv Atraction	17.736,28	24.106,77			30.142,01	Vectra		50
1.9 TDI 130 cv Tiptronic.	20.531,73	34.483,18	Audi A3 Gasolina			Audi Allroad Quattr			1.6 Confort	15.956,87	25.764,50
Bora			1.6 ATT 3P (Lançamento)	20.184,31	30.948,00	2.5 TDI Allroad 180 Cv	42.806,12	67.122,01	1.8 GTS	18.139,66	30.369,50
1.4 Confortline	16.254,35	24.252,86	1.6 Sport (Lançamento)	21.310,36	32.288,00	2.7 T 250 Cv	50.155,45	77.642,00	2.0 DTI Confort	16.507,20	30.444,50
1.9 TDI 100 cv Confortlin	ne 18.223,15	31.736,57	2.0 Sport (Lançamento)	23.426,52	38.588,00		OPEL		2.2 DTI Elegance	17.927,73	33.929,90
1.9 TDI 100 cv Tiptronic	19.593,56	33.366,75	1.6 ATT 102 cv-	18.306,16	28.173,00				Omega		
1.9 TDI 130 cv Highline	20.702,46	34.686,34	1.6 Sport 102 cvP	20.575,07	31.413,00	MODELO	P.BASE	P.V.P.	2.2 DTI 4p Elegance	25.444,54	42.874,50
1.9 TDI 130 cv Tiptronic	21.785,14	35.974,73	2.0 FSI ATT 150 cv	20.975,07	31.173,00	Agila			2.2 DTI Caravan Elegance	26.293,29	43.884,50
1.9 TDI 150 cv Highline	22.899,04	37.300,27	2.0 FSI Sport 150 cv	23.243,98	38.533,00	1.0 12 V 5p Confort	7.274,67	10.714,50	Caixas Automáticas		
Passat			Audi A3 Gasóleo			1.2 16 V 5p Elegance	7.910,65	12.439,49	Astra 2.0 DTI Elegance	15.763,51	29.559,51
	ne 18.371,86	32.031,93	2.0 TDI ATT 140 Cv	21.537,44	36.339,99	Corsa			Astra 2.0 DTI Caravan	16.326,53	30.229,50

A ADFACAR dispõe de informações na venda de viaturas (fornecidas com ou sem isenção) acima mencionadas, sendo extensivo a outras marcas não referidas como: BMW, Ford, Citroen, Mercedes, Honda, Skoda e Seat. Estas informações/vendas são tratadas através de ALBERTO PINTO, nas horas de expediente. das 10h00 às 14h00 pelos telefones 21 751 2640, 21 751 2600, 21 751 2602 e das 20h00 às 22h00 pelo telefone 21 859 5016 ou 91 618 6540

Galp inaugura novo serviço e o segundo posto de atendimento a grandes deficientes motores

Novas tecnologias para simplificar a vida

Já foi inaugurado, no dia 5 de Junho, o segundo posto da Galp preparado para atendimento aos cidadãos portadores de grande deficiência motora, em Lisboa, na área de Serviço do Aeroporto (sentido Sul-Norte). António Mexia, presidente da Galp Energia, exemplificou para a comunicação social o procedimento em que o uso de um comando que dispara o sinal sonoro e luminoso que avisa que há um cliente portador de grande deficiência motora para ser atendido. A intervenção de um funcionário permite abastecer a viatura de combustível ou a aquisição de qualquer produto da loja.

No mesmo dia, a Galp Energia tornou-se a primeira empresa petrolífera do mundo a aplicar a biometria (neste caso, identificação pela impressão digital) na relação com o cliente. A aplicação foi iniciada com um teste piloto naquele posto e noutro em Madrid, na Av. Sinésio Delgado, sob a forma de uma promoção, com duração até ao fim de Julho.

A iniciativa baseia-se na aplicação pioneira da tecnologia biométrica e consiste no reconhecimento dos indivíduos através da impressão digital, por meio de equipamento adaptado para o efeito, sendo também possível através de outras características físicas como a íris ou palma da mão, marcas únicas, pessoais e intransmissíveis.

Os aparelhos biométricos e o software que têm sido tradicionalmente utilizados em sistemas de segurança e são tecnologias "não intrusivas", que foram concebidas de forma a preservar a privacidade dos seus utilizadores. O sistema de identificação biométrica através de leitura da impressão digital é totalmente seguro. O sensor biométrico onde os clientes colocam o dedo não regista a imagem da impressão digital. O sistema detecta somente algumas características específicas da impressão e atribui-lhe um código matemático. Este código é a única informação que fica registada e que permite identificar o cliente sempre que ele voltar a colocar o dedo do registo no sensor. Não é possível a



António Mexia demomstrou aos jornalistas o funcionamento do novo serviço

código matemático criado.

O novo projecto, agora em testes, "surge como tradução do foco total que a empresa coloca na relação com cliente", explicou António Mexia, que destacou que a empresa está a preparar "a entrada numa nova era na interface com os seus clientes por intermédio da aplicação de tecnologia inovadora nos postos de abastecimento Galp".

Para António Mexia, "este novo passo permitirá transformar a forma como o cliente se relaciona com a marca, convertendo a experiência de compra num momento interactivo e de grande comodidade".

Na promoção-teste, em que se pretende avaliar o nível de fiabilidade do sistema e o nível de adesão dos clientes a este tipo de iniciativa, sempre que os clientes abastecerem um mínimo de 25 litros de combustível, podem ganhar prémios de entrega imediata.

Basta registar-se com um dedo no quiosque multimédia que encontra dentro da loja. Depois e só colocar o dedo no dispositivo

reprodução da impressão digital a partir do junto à caixa de pagamento para ver se foi atribuído um prémio.

> O projecto está a ser desenvolvido em colaboração com as empresas CP Proximity e CP Data, que aliaram pela primeira vez a biometria e o marketing relacional, num conceito que designaram Biometric Relationship Marketing (BRM).

> Este projecto abre a possibilidade de estes sistemas biométricos virem gradualmente a substituir os cartões de banda magnética e smart cards, "trazendo aos clientes da empresa uma experiência de compra totalmente inovadora, segura e cómoda", refere o presidente.

> "A aposta da Galp Energia nesta inovação mundial vem reforçar os investimentos realizados ao longo do último ano na melhoria da relação com o cliente, e que se traduziram na renovação de imagem, no aumento da qualidade de serviço nos postos e no reforço dos sistemas de fidelização", sublinhou António Mexia. •

Colóquio nos Açores

Incentivar para Mudar

O colóquio "Incentivar para Mudar" ambito do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência (AEPD), contou com a participação de Isabel Rodrigues, assessora para a área Social do presidente do Governo Regional, a quem representou, a secretária nacional para a Reabilitação e presidente da Comissão Nacional para a Coordenação do AEPD, Cristina Louro, o presidente da Câmara de Velas, representantes de associações locais e outras entidades e associados de S. Jorge e de outras ilhas do grupo central.

O encontro dividiu-se em dois painéis, ambos moderados por Cristina Louro, tendo o primeiro abordado o tema "O Deficiente", apresentado pelo Director do CRPG,

Jerónimo de Sousa. A intervenção abordou os práticas desportivas e de recreio. realizado no Auditório Municipal de Velas, novos conceitos sobre a deficiência, o meio Açores (S. Jorge), no dia 20 de Junho, no envolvente e a habilitação, tendo sido destacado que o conjunto dos cidadãos deficientes e das pessoas directamente envolvidas na sua problemática constituem 30 por cento da população.

O segundo painel versou o assunto das "Acessibilidades" e contou com a intervenção do presidente da DN, Patuleia Mendes, que a ele se referiu num sentido abrangente, para lá do tradicional problema das barreiras arquitectónicas. Foram ventiladas as dificuldades de acesso aos direitos normais do cidadão, consagrados no artigo 71º da Constituição da República Portuguesa, tendo sido realçados os direitos a uma vida feliz e integrada, o exercício da sexualidade, a integração no ensino e cultura e a fruição das

"Os tempos de debate de ambos os painéis foram bastante enriquecedores, situação positivamente referida na Sessão de Encerramento por Cristina Louro, que sintetizou os pontos fortes das prestações dos interventores e participantes, tendo finalizado a sessão Isabel Rodrigues, que leu uma comunicação do presidente do Governo Regional.

Após o almoço segui-se uma visita guiada pela ilha de S. Jorge, oferecida pela Câmara Municipal de Velas, tendo a jornada terminado com uma reunião com mais de 20 associados residentes na zona, na qual o presidente da DN os informou sobre o estado das negociações das reivindicações legislativas. •

Opinião

Portugal em acção

Na sequência de artigos anteriores, venho mencionar mais algumas iniciativas que se estão a desenvolver no País.

1. A Câmara Municipal de Ponte de Lima tem em curso diversas iniciativas, nomeadamente:

 Um programa de isenção de taxas e licenças para as pessoas com mobilidade condicionada, que pretendam realizar obras nas habitações de que são proprietárias.

- Apoio à organização de acções de sensibilização à comunidade escolar para a prática desportiva de crianças com necessidades educativas especiais.

- Criação de uma brochura com informação e ilustração, para pôr em prática as normas sobre acessibilidade, disponibilizando um grupo de técnicos de urbanismo para supervisionar a aplicação daquelas normas.

- Constituição de um gabinete de apoio integrado a pessoas com deficiência do Concelho. Em breve terão início as actividades culturais, como a CRIARTE, e desportivas, para pessoas com deficiência.

2. O Ministério da Segurança Social e do Trabalho está a preparar diversas acções que se irão desenvolver durante este ano e serão o ponto de partida para a nova política nacional de reabilitação, que se pretende transversal a todos os sectores.

- Uma nova Lei de Bases para a Reabilitação, que integrará os princípios da universalidade, da não discriminação, da cidadania e da responsabilidade pública.

- Criação de um Centro de Recursos destinado a prestar mais informação às pessoas com deficiência.

- Assunção do compromisso da eliminação de barreira físicas e institucionais.

- Acesso ao Cartão Jovem e o lançamento de um programa específico de voluntariado, vocacionado para o apoio ao jovem deficiente.

3. No Distrito de Braga vai ser feito o levantamento da população deficiente ali residente, bem como, as suas condições de vida.

 Serão adoptadas medidas para a melhoria efectiva daquelas condições e criadas regras para a prevenção de certos tipos de deficiência.

 Serão realizados três seminários onde se irá debater a problemática da deficiência, com vertentes diferentes:

Em Braga, 5 de Junho, "Formas de prevenção e intervenção na deficiência" (Saúde / Educação).

Em Barcelos, 3 de Julho, "A representação da deficiência na Comunicação Social: boas e más práticas".

Em Guimarães, 17 de Julho, "As Ajudas Técnicas para a mobilidade e comunicação", abordando o emprego e formação profissional, com uma mostra de Ajudas Técnicas para as novas

4. No Porto realizou-se uma prova de atletismo integrada, aberta a toda a população, deficiente ou não. Com 1500 metros de percurso, teve a aderência de 600 pessoas.

5. Uma parceria entre o CASCI e Câmara Municipal de Ílhavo, levou à compra, no ano transacto, de um "Tiralô", carro adaptado para levar a banhos os cidadãos com deficiência, na praia da Costa Nova.

6. Na Fábrica de Cerâmica de Sacavém, tem estado patente um exposição de fotografia, de Eduardo Gageiro, com a particularidade de as fotografias serem em relevo, para que os cegos possam apreciar esta exposição, algo que deve ter acontecido pela primeira vez em Portugal.

7. Em Oliveira de Azeméis, a Câmara levou a efeito uma conferência sobre "Desporto para Todos" em parceria com várias Instituições.

8. A ANDEMOT organizou o Campeonato Nacional de Natação para deficientes motores, em Aveiro, em parceria com o Sporting Clube de Aveiro e o Oliveira do Bairro Sport Club.

9. O software "Intercomunicando", já mencionado em jornal anterior, resultou de uma parceria entre a AFID - Associação Nacional de Famílias para a Integração da Pessoa Deficiente, o IST - Instituto Superior Técnico e o ISPA -Instituto Superior de Psicologia Aplicada. •

António Capela Gordo

O Tribunal dá-nos razão

Muitos têm sido os recursos que os advogados da ADFA têm ganho nos tribunais, sobre as mais diversas matérias.

Dadas as insistências que têm existido sobre a vantagem da publicação destas decisões, aqui damos conta dos casos que se nos afiguram importantes.

emitiu o seguinte douto parecer:

"A nosso ver, nas circunstâncias em que ocorreu o acidente e que está bem caracterizado no parecer da PGR, não se está perante situação enquadrável no n.º4 do art. 2º referido ao n.º 2 do art. 1º do Dec.-Lei n.º 43/76 de 20 de Janeiro, e daí que, com os fundamentos apontados no parecer que fundamentou o acto impugnado, entenda que o acto não padece do vício de violação de lei que lhe é imputado pelo recorrente, devendo, consequentemente, negarse provimento ao recurso".

2. Colhidos os vistos cumpre decidir.

É a seguinte a matéria de facto:

a) No dia (...) 1971, o recorrente fazia parte de um grupo da (...) Companhia de Comandos, da Segunda Companhia de Instrução, o qual realizava exercícios finais com fogos reais instrução de técnica de combate - no Perímetro Florestal de Viseu.

b) Tal instrução, superiormente aprovada, decorria com a intervenção de meios aéreos.

c) A certa altura para trazer à vertical a avioneta Dornier era preciso fazer-se um pequeno alto e entrar-se em contacto com ela.

d) Para o efeito foi montado um dispositivo aproximadamente circular, com as várias equipas instaladas viradas para o exterior e ocupando postos dominantes, enquanto o Comandante do Grupo, acompanhado pelo instrutor e munido de meios rádio tentava entrar em contacto com a avioneta.

e) Entretanto, o instrutor, decide simular uma flagelação inimiga, dando dois tiros com a G3, encontrando-se o recorrente a cerca de 4

metros de distância daquele.

f) Na sequência do 2º tiro, o invólucro fez ricochete num pinheiro e foi atingir o recorrente no olho direito, causando-lhe ferimentos de que lhe resultou catarata secundária e seclusão pupilar com incapacidade de todo o serviço militar com 30% de desvalorização, conforme exame da JHI/HMP de (...) 1972 (...).

g) A CPIP/DSS foi de parecer que o motivo pelo qual a JHI/HMP julgou o militar incapaz para todo o serviço militar com 30% de desvalorização, resultou das lesões sofridas no acidente ocorrido em (...) 1971, durante a

h) O Governador Militar da Região Militar de Lisboa, por seu despacho de (...) 1990, (...) concordou com o parecer do Serviço de Justiça

"O acidente deve ser considerado resultante do exercício das suas funções e por motivo do

"1. O Ex.mo Procurador-Geral Adjunto seu desempenho, em condições de risco agravado equiparado a serviço de campanha".

i) A Procuradoria-Geral da República, no seu parecer, votado (...) de 1992, proferido no Proc. n.º (...), sobre a presente questão, concluiu

Os disparos de uma arma de fogo, em instrução militar, no decurso dos quais o invólucro de uma bala disparada pelo instrutor faz ricochete num pinheiro atingindo seguidamente a vista de um instruendo, não constitui situação enquadrável no n.º 4 do artigo 2º, referido ao n.º 2 do artigo 1º, ambos do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro".

j) O Secretário de Estado da Defesa Nacional exarou no rosto do referido parecer da PGR, com data de (...) 93, o seguinte despacho,

"Homologo. Em consequência, não considero o (...) Deficiente das Forças Armadas porquanto não preenche o requisito consagrado no n.º 4 do art. 2º, referido ao n.º 2 do art. 1º, ambos do DL 43/76, de 20 de Janeiro"

3. Não obstante o acidente ter ocorrido antes da entrada em vigor do DL n.º 43/76, de 20 de Janeiro, a revisão do processo é admissível nos termos daquele diploma, - art. 18º, n.º 2 e dos n.ºs 1 e 3 da Portaria n.º 162/76, de 24 de Março, o último número, na redacção da Portaria n.º 114/79, de 12 de Março.

(...) Do exposto, e relacionado com a questão em causa, importa reter que é considerado deficiente das forças armadas portuguesas o cidadão que no cumprimento do serviço militar adquiriu uma diminuição na capacidade geral de ganho quando em resultado de acidente ocorrido no exercício das suas funções e deveres militares e por motivo do seu desempenho, em condições de que resulte, necessariamente, risco agravado equiparável ao serviço de campanha, ou ao do serviço directamente relacionado com esta ou ao do prisioneiro de guerra, o que engloba, nos termos legais, aquele risco inerente àqueles casos especiais, não previsíveis, que pela sua índole, e considerado o quadro de causalidade, circunstâncias e agentes em que se desenrola, seja identificável com o espírito do DL n.º 43/76.

No preâmbulo do citado diploma lê-se que Entre outras inovações a destacar neste decreto-lei avultam o alargamento do regime jurídico dos DFA aos casos que, embora não relacionados com campanha ou equivalente, justifiquem, pelo seu circunstancialismo, o mesmo critério de qualificação".

Ora, a instrução de técnica de combate, ao

tempo, dos comandos, com fogos reais, em plena zona florestal, tal como vem descrita na matéria de facto, com simulação de flagelação do inimigo, na altura em que se tentava trazer à vertical a Dornier via rádio, consubstancia uma situação de risco agravado, equiparável ao risco em serviço de campanha, dada a sua imprevisibilidade, a sua natureza, as circunstâncias em que o exercício se estava a desenrolar, e o próprio quadro de causalidade entre o disparo, o ricochete do invólucro e os ferimentos de que foi vítima o recorrente.

O acidente causador das lesões, para além de ter ocorrido em serviço, de ter provocado uma incapacidade geral de ganho de 30%, corresponde, pois, a uma actividade militar que, objectiva e necessariamente envolve, por sua natureza, um risco agravado equiparável ao que decorre da actividade em campanha, pois o exercício em causa aproxima-se muito de situações que naquela têm lugar, quando o instrutor tentou simular uma flagelação do inimigo em plena floresta.

Anote-se que a PGR, no seu parecer votado em (...) 84, no proc. n.º (...), publicado no DR, (...), e homologado pelo Secretário de Estado da Defesa Nacional, considerou constituir actividade com risco agravado, enquadrável no n.º 4 do art. 2º, referido ao n.º 2 do art. 1º, ambos do citado DL 43/76, o exercício nocturno de instrução militar em que eram usados cartuchos de salva, tendo um deles atingido um dos instruendos, com a própria chama.

Ora, não parece que entre as duas situações haja grande diferença no que concerne ao risco agravado proveniente dos respectivos exercícios tanto mais que os cartuchos de salva são de mero exercício, sem projéctil ou sendo este de material menos contundente que os reais (madeira, plástico, etc.).

Como quer que seja, o certo é que actividade militar instrutora com fogos reais, em que se pretendem reconstituir situações idênticas ou muito próximas das ocorridas em campanha, é geradora de um risco agravado equiparável às situações típicas previstas no n.º 2 do art. 1º do DL 43/76, por superior ao risco genérico decorrente da demais actividade militar, reforçado até pela falta de preparação dos instruendos, que é a razão de ser de tais

Pelo exposto e face ao constante dos arts. 1° , n. $^{\circ}$ 2 e 2° , n. $^{\circ}$ 4, ambos do DL 43/76, de 20 de Janeiro, acordam em anular, por erro nos pressupostos, gerador de violação de lei, o despacho impugnado." .

A advogada responde

Venda de pais a filhos e avós a netos

"Sou um grande deficiente das Forças Armadas e vivo com um dos meus três filhos que é quem sempre me tem ajudado e tratado de mim. Como forma de o compensar por todos estes anos de dedicação, pensei em vender-lhe a minha vivenda por um preço muito abaixo do seu valor, mas disseram-me que não o posso fazer. Gostava de saber se é assim e porquê."

O artigo 877º do Código Civil Português proibe os pais e os avós de venderem aos filhos ou netos, se os outros filhos ou netos não consentirem na venda.

Esta disposição legal, que não tem paralelo na generalidade das legislações estrangeiras (a não ser na Brasileira), tem por finalidade evitar que os pais doem bens a um ou mais filhos simulando uma venda, e prejudicando deste modo os outros herdeiros.

Assim sendo, e no seu caso, pode vender a vivenda a um dos seus filhos deste que os outros dois consintam na venda ao irmão.

A sanção pela venda feita a filhos (ou netos) sem o consentimento dos outros filhos (ou netos) é a da anulabilidade, ou seja, os filhos (ou netos) que não deram o seu consentimento podem pedir a anulação da venda, dentro do prazo de um ano a contar da data em que estes tiveram conhecimento da celebração do contrato, ou do termo da sua incapacidade, se forem incapazes.

O consentimento pode ser suprido judicialmente no caso dos descendentes não o puderem prestar (por haver incapacidade, ausência ou qualquer outra causa impeditiva), ou no caso deste ter sido recusado.

A proibição de venda de pais a filhos e avós a netos, sem o consentimento dos restantes filhos ou netos, aplica-se tanto às vendas de natureza cível como às de natureza comercial e abrange tanto a venda feita directamente por pais a filhos ou avós a netos, como ainda as vend<mark>as</mark> efectuadas por interposta pessoa.

A proibição não abrange no entanto a dação em cumprimento feita pelo ascendente ao descendente, ou seja, se exitir uma dívida do pai ao filho ou do avó ao neto, não é necessário o consentimento dos outros filhos ou netos para que o pai ou o avó (devedor) "entregue" o bem ao filho ou neto (credor) para satisfação do crédito, uma vez que, e em princípio, a existência da dívida é suficiente para afastar a possível simulação do acto. •

Inês Soares de Castro

Comentário

Há um princípio consignado na Lei, e que se pode considerara geral e universal, que diz que a ninguém aproveita o desconhecimento da lei.

Pode à primeira vista parecer algo de contestável, por duas razões principais: porque nem toda a gente tem acesso ao Diário da República, e como tal não fica a par da legislação que vai saindo; e porque nem toda a gente está apta a compreender as implicações que essa mesma legislação acarreta.

Mas também é fácil de compreender que seria muito simples a qualquer um evitar cumprir uma lei dizendo apenas que não tinha conhecimento dela. Claro que a Justiça deixaria pura e simplesmente de poder ser aplicada, e assim estamos condenados a ter que estar atentos, sob pena de ficar prejudicados de forma irremediável.

São constantes as queixas de associados que perderam a oportunidade de requerer um qualquer benefício do qual só tomaram conhecimento tarde demais. E aí a lei é clara: qualquer requerimento feito fora do prazo previsto na lei é arquivado liminarmente, isto é, deixa de ter valor, qualquer que seja o seu

É aqui que a ADFA tem uma grande responsabilidade para com os seus associados, pelo grande serviço que lhes pode e deve prestar: alertar em tempo útil sobre a legislação que vai saindo. Tarefa tanto mais importante quanto é desempenhada por pessoal qualificado, que vai separando o trigo do joio dentro da imensa produção jurídica em que este País parece ter-se especializado. Mesmo para os não associados, ou para os que fazem gala em não pagar quotas (que os há!) este serviço é prestado e raramente tem o reconhecimento que deveria merecer da parte dos beneficiados, ou seja, de todos nós.

Os prazos legais são variados. Podem estar expressos no próprio diploma legal (lei, decreto lei, portaria), ou derivar da lei geral. Os prazos são normalmente contados por dias úteis e/ou por dias corridos, ou seguidos; há períodos de desconto de tempo para quem está no estrangeiro, ou noutras situações especiais. O que nem sempre é suficiente. Como aconteceu com o caso dos Milícias que, na sua maioria, não tiveram hipótese de tomar conhecimento da legislação que os contemplava. Enfim uma variedade de situações que podem levar o interessado a pensar que perdeu a oportunidade, quando ainda está a tempo, ou, pelo contrário, reclamar que ainda está a tempo quando o prazo caducou.

Nesta selva, recomenda-se aos associados

que estejam atentos ao que vai sendo publicado no ELO sobre legislação. E não hesitem em contactar as delegações e/ou os gabinetes

jurídicos para pedir esclarecimentos sobre a aplicação de legislação e prazos para apresentar quaisquer requerimentos ou petições. E também que colaborem, alertando a Associação sobre qualquer assunto que possa beneficiar ou prejudicar os deficientes. Sob pena de virem a engrossar a lista dos que, por não terem tratado das coisas a tempo, ficaram impedidas de gozar

de uma qualquer situação que melhoraria as

Nuno Santa Clara

O resumo da legislação publicada nesta secção não dispensa a consulta dos diplomas

DIÁRIO DA REPÚBLICA

Rendimento Social de Inserção

Lei n.º 13/2003, de 21 de Maio (rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 7/2003, de 29 de Maio)

A presente lei revoga o rendimento mínimo garantido, previsto na Lei n.º 19-A/96, de 29 de Junho, e cria o rendimento social de inserção, que "consiste numa prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção, de modo a conferir às pessoas e aos seus agregados familiares apoios adaptados à sua situação pessoal, que contribuam para a satisfação das suas necessidades essenciais e que favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária."

SISA

Lei n.º 14/2003, de 30 de Maio

Para melhor entendimento, transcrevem-se as alterações ao n.º 22 do artigo 11.º e do artigo 33.º do Código da Sisa e do Imposto sobre as Sucessões e Doações, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 41 969, de 24 de Novembro de 1958:

> "Artigo 11.º Isencões

22 - A aquisição de prédio ou fracção autónoma de prédio urbano destinado exclusivamente a habitação, desde que o valor sobre que incidiria o imposto municipal de sisa não ultrapasse _ 80 000.

> "Artigo 33.º Taxas

1 - As taxas da sisa são as seguintes:

a) Aquisição de prédio urbano ou de fracção autónoma de prédio urbano destinado exclusivamente a habitação:

b) Aquisição de prédios rústicos - 5%;

	Valor sobre que incide a sisa (euros)							Taxas percentuais		
								Marginal	Média (*)	
Até			8	30			000	0	0	
De	mais	de	80	000	até	110	000	5	0,545 5 1,733 3	
De	mais	de	110	000	até	150	000	8 Taxa única	3,840 0	
De	mais	de	150	000	até	250	000	Taxa unica	6	
De	mais	de	250	000	até	500	000			
Supe	rior		а		500		000			

(*) No limite superior do escalão.

c) Aquisição de outros prédios urbanos e outras aquisições onerosas - 6,5.

2 - À aquisição onerosa de figuras parcelares do direito de propriedade aplica-se a taxa referida no número anterior correspondente à natureza dos bens sobre que incide o direito

3 – Quando, relativamente às aquisições a que se refere a alínea a) do $n.^{\it o}$ 1, o valor sobre que incide a sisa for superior a _ 80 000, será dividido em duas partes, sendo uma igual ao limite do maior dos escalões que nela couber, a qual se aplica a taxa média correspondente a este escalão, e outra, igual ao excedente, a que se aplica a taxa marginal respeitante ao escalão imediatamente superior.

4 – A taxa será sempre de 15%, não se aplicando qualquer isenção ou redução, sempre que o adquirente tenha residência ou sede em país, território ou região, sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável, constante de lista aprovada por portaria do Ministro das

Diploma

Iniciativa Legislativa de Cidadãos Lei n.º 17/2003, de 4 de Junho

CAPÍTULO I Disposições gerais

Artigo 1.º Iniciativa legislativa de cidadãos

A presente lei regula os termos e condições em que grupos de cidadãos eleitores exercem o direito de iniciativa legislativa junto da Assembleia da República, nos termos do artigo 167.º da Constituição, bem como a sua participação no procedimento legislativo a que derem origem.

> Artigo 2.º Titularidade

São titulares do direito de iniciativa legislativa os cidadãos regularmente inscritos no recenseamento eleitoral em território nacional e também os cidadãos portugueses residentes no estrangeiro e regularmente recenseados, sempre que a iniciativa tenha por objecto matéria que lhes diga especificamente respeito.

> Artigo 3.º Objecto

A iniciativa legislativa de cidadãos pode ter por objecto todas as matérias incluídas na competência legislativa da Assembleia da República, salvo:

a) As alterações à Constituição; b) As reservadas pela Constituição ao Governo:

c) As reservadas pela Constituição às Assembleias Legislativas Regionais dos Açores e da Madeira;

d) As do artigo 164.º da Constituição, com excepção

e) As amnistias e perdões genéricos;

1) As que revistam natureza ou conteúdo orçamental, tributário ou financeiro.

> Artigo 4.º Limites da iniciativa

Os grupos de cidadãos eleitores não podem apresentar iniciativas legislativas que:

a) Violem a Constituição ou os princípios nela

b) Não contenham uma definição concreta do sentido das modificações a introduzir na ordem

c) Envolvam, no ano económico em curso, aumento das despesas ou diminuição das receitas previstas no Orçamento do Estado.

> Artigo 5.º Garantias

O exercício do direito de iniciativa é livre e gratuito, ^{não} podendo ser dificultada ou impedida, por qualquer

entidade pública ou privada, a recolha de assinaturas e os demais actos necessários para a sua efectivação, nem dar lugar ao pagamento de quaisquer impostos ou taxas.

CAPÍTULO II Requisitos e tramitação

Artigo 6.º Requisitos

1 - O direito de iniciativa legislativa de cidadãos é exercido através da apresentação à Assembleia da República de projectos de lei subscritos por um mínimo de 35 000 cidadãos eleitores.

2 - Os projectos de lei referidos no número anterior são apresentados por escrito ao Presidente da Assembleia da República, revestem a forma articulada e devem conter.

a) Uma designação que descreva sinteticamente o seu objecto principal;

b) Uma justificação ou exposição de motivos de onde conste a descrição sumária da iniciativa, os diplomas legislativos a alterar ou com ela relacionados, as principais consequências da sua aplicação e os seus fundamentos, em especial as respectivas motivações sociais, económicas, financeiras e políticas;

c) As assinaturas de todos os proponentes, com indicação do nome completo, do número do bilhete de identidade e do número do cartão de eleitor correspondentes a cada cidadão subscritor;

d) A identificação dos elementos que compõem a comissão representativa dos cidadãos subscritores, bem como a indicação de um domicílio para a mesma;

e) A listagem dos documentos juntos.

3 - A Assembleia da República pode solicitar aos serviços competentes da Administração Pública, nos termos do Regimento, a verificação administrativa, por amostragem, da autenticidade das assinaturas e da identificação dos subscritores da iniciativa legislativa.

Artigo 7.º

Comissão representativa 1 - Os cidadãos subscritores da iniciativa designam entre si uma comissão representativa, com um mínimo de 5 e o máximo de 10 elementos, para os efeitos previstos na presente lei, designadamente em termos de

responsabilidade e de representação.

2 - A comissão é notificada de todos os actos respeitantes ao processo legislativo decorrente da iniciativa apresentada ou com ele conexos, podendo exercer junto da Assembleia da República diligências tendentes à boa execução do disposto na presente lei.

Artigo 8.º Admissão

1 - A iniciativa é admitida pelo Presidente da Assembleia da República, salvo se:

a) Tratar matérias não incluídas no seu objecto

b) Não respeitar os limites consignados no artigo 4.º; c) Não cumprir os requisitos previstos nos n.os 1 e 2 do artigo 6.º

2 - Nos casos previstos na alínea c) do número anterior, a decisão é precedida de notificação à comissão representativa dos cidadãos subscritores, no sentido de, no prazo máximo de 30 dias úteis, serem supridas as deficiências encontradas.

3 - Da decisão de não admissão cabe recurso pelos Deputados nos termos do Regimento da Assembleia da

solicitá-la.

Artigo 9.º

Exame em comissão

1 - Admitida a iniciativa, o Presidente da Assembleia da República ordena a sua publicação no Diário da Assembleia da República e remete-a à comissão especializada competente para, no prazo de 30 dias, elaborar o respectivo relatório e parecer

2 - Tratando-se de matéria constitucional ou legalmente sujeita a participação ou consulta obrigatórias, a comissão promove o cumprimento das disposições legais, estatutárias e regimentais aplicáveis.

3 - Em razão da especial relevância da matéria, a comissão pode propor ao Presidente da Assembleia da República a discussão pública da iniciativa.

4 - E obrigatoriamente ouvida a representativa dos cidadãos subscritores.

5 - O prazo referido no n.º 1 suspende-se durante: a) O prazo fixado para consulta pública obrigatória,

quando a ela houver lugar; b) O prazo da discussão pública da iniciativa; c) O período necessário à efectivação da diligência prevista no n.º 3 do artigo 6.º, quando seja a comissão a

Artigo 10.º

Apreciação e votação na generalidade

1 - Recebido o parecer da comissão ou esgotado o prazo referido no n.º 1 do artigo anterior, o Presidente da Assembleia da República promove o agendamento da iniciativa para uma das 10 reuniões plenárias seguintes, para efeito de apreciação e votação na generalidade.

2 - A comissão representativa dos cidadãos subscritores é notificada da data da reunião plenária para que a iniciativa é agendada.

Artigo 11.º

Apreciação e votação na especialidade

1 - Aprovada na generalidade, e salvo nos casos em que a Constituição, a lei ou o Regimento disponham de modo diferente, a iniciativa é remetida à comissão competente em razão da matéria para efeitos de apreciação e votação na especialidade.

2 - A comissão pode apresentar textos de substituição, sem prejuízo da iniciativa, quando não retirada.

3 - A votação na especialidade é precedida de audição da comissão representativa dos subscritores e deve ocorrer no prazo máximo de 30 dias.

> Artigo 12.º Votação final global

 1 - Finda a apreciação e votação na especialidade, a respectiva votação final global ocorre no prazo máximo

2 - A comissão representativa dos cidadãos subscritores é notificada da data da reunião plenária para que a iniciativa é agendada.

CAPÍTULO III Disposições finais

Artigo 13.º

Caducidade e renovação

1 - A iniciativa legislativa de cidadãos eleitores caduca com o fim da legislatura.

2 - A iniciativa não votada na legislatura em que tiver sido apresentada pode, todavia, ser renovada na legislatura seguinte, mediante simples requerimento dirigido ao Presidente da Assembleia da República pela comissão representativa dos cidadãos subscritores, desde que não tenha decorrido mais de um ano entre a data da entrada da iniciativa na Assembleia da República e a data de entrada do requerimento de renovação.

3 - A iniciativa legislativa definitivamente rejeitada não pode ser renovada na mesma sessão legislativa.

> Artigo 14.º Direito subsidiário

Em tudo o que não se encontrar regulado na presente lei, aplicam-se, com as necessárias adaptações, as normas procedimentais do Regimento da Assembleia da República.

> Artigo 15.º Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no 30.º dia posterior ao da sua publicação.» •



José Maio gens chocantes.

Penso ser revelador o aviso feito por vezes pelos locutores de televisão antes de exibirem certas ima-

A maioria das pessoas acharia as ditas imagens propícias a ferirem susceptibilidades mesmo sem ser necessário serem alertadas para tal. A ideia, provavelmente é que os espectadores, "as pessoas lá em casa" como as vedetas televisivas nos designam universo de brutos, estúpidos e apáticos, que consumimos a existência, a devorar todo o lixo que a televisão nos impinge e nos mete pelos olhos dentro, precisamos todos que nos expliquem como havemos de reagir. Se é para rir se é para chorar, se é para se ficar chocado. Aliás, é o modelo que os canais televisivos utilizam nos talk shows em relação a meia dúzia de coitados, que gritam, saltam ou batem palmas consoante a ordem do mandador por trás da câmara!

Iluminados

Provavelmente não servirá de nada revoltarmo-nos contra este estado de coisas. Em todas as civilizações e idades existiu sempre um grupo de iluminados a achar que o Criador os colocou no mundo para conduzir as massas amorfas e desorientadas, é talvez apropriado que no virar do milénio, a civilização esteja a ser orientada e controlada pelo audiovisual. Os mais agarrados a tradições religiosas poderão achar igualmente chocante que a noção de que a etiquetada função pastoral do Padre no púlpito, esteja a dar lugar ao da vedeta mediática no ecrã do televisor, mas é indubitável que no registo compungido e solidário que parece ser a essência do Cristianismo, uma Júlia Pinheiro, uma Catarina Furtado, por exemplo, têm muito mais audiência que um Padre Melícias ou Feitor Pinto ou até o Papa, e são muito mais eficaz na transmissão da mensagem.

No dia em que a Igreja Católica acabar

com a sua política contra a ordenação de mulheres, que se acautelem os abades. Elas estão à espera para vestirem as sotainas depois da apresentação de programas de grande audiência.

Quem assistiu a um documentário exibido há tempos sobre o futuro Papa terá perdido as ilusões. Um dos mais fortes candidatos à Cadeira de S. Pedro é um Cardeal Italiano apresentado como muito mediático e com vantagem sobre outros purpurados por dominar muito bem o inglês!

Poder-se-ia julgar, ingenuidade a nossa, que o que faz falta a um Chefe da Igreja seria o domínio do Latim para perceber sem dúvidas o que Deus lhe terá a transmitir, mas parece pelo que se viu o que um Papa realmente necessita mesmo é falar escorreitamente o inglês para as entrevistas da CNN... Amen ou lá como se diz... em inglês.

Opinião

Ler, Sentir e Aprender



Baltazar

Camaradas: hoje, ao sentir o ar da alvorada banhado pelo romper do sol que com a sua energia me fez

despertar uma vontade de abordar um espaço de vida que considero importante, logo senti ser oportuno colocar na nossa mesa de dialogo esse tema particularmente interessante para alguns de nós, pois prende-se essencialmente com a postura e reflexão que fazemos da nossa presença no seio dos outros e dos que connosco convivem dia a dia.

O assunto que me traz a este espaço de liberdade, porque ainda é assim que o sinto, leva-me a tentar expressar para fora, isto é, lançar para a Liberdade, aspectos que em meu entender se tornam relevantes neste tempo abordar, tanto mais que nos apercebemos que o peso que carregamos em nossos ombros é fruto de ensaios e experiências mal preparadas na calçada da nossa vida, que continuamente se vão amontoando numa arrecadação escura e fechada, aguardando que um raio de luz inspiratíva num momento de beleza abra de par em par essa porta crucial oferecendo a sua libertação.

Algumas vezes, enquanto caminhantes no esteiio da calçada da nossa vida, surgem-nos vários cruzamentos e opções de caminhos, muitos deles envoltos numa densa neblina que mal conseguimos distinguir o seu portal e nessa altura ficamos indefesos ressaltando-nos quase sempre uma onda de pensamentos carregada de dúvidas e de incertezas, deixando-nos inertes, passivos e sem saber que passos dar e qual a direcção a seguir. É precisamente nesse momento que mergulhamos na água do nosso saber e observamos que pouco ou nada semeamos nesse Universo de sonhos e vontades que cobre e preenche o Cosmos da nossa vida.

As múltiplas ondas angustiantes e sombrias que nos rodeiam e que agem no nosso espaço psicofísico, influenciando a nossa acção, quer no seio dos outros, quer ainda no seio daqueles que comungam o nosso Lar e também no seio daqueles que partilham o nosso local de trabalho, deixam-nos instáveis e quase de imediato questionamos sobre o tempo perdido em cada passo dado no culto de fantasias aparentes, apoiadas em estímulos cujo fruto não é mais do que um grão inerte e passivo, sem vida real.

Nessa altura, com as fraquezas das nossas capacidades que por esse jogo consciente ou inconsciente se encontram muito limitadas, logo pensamos e julgamos que assim não deveria ser, sendo penosa e injusta essa presença desarmoniosa em nós, fazendo-nos sofrer, e julgar que antes deveríamos ter e dominar em absoluto o poder da expansão criativa e o domínio de todos os meios inteligentes como os outros

ou ainda mais do que eles todos juntos, pensando que, com essa mala cheia de coisas dos outros, nos levassem à libertação e passássemos a ser uma referência modelo de criatura real para todos os demais.

Quantos de nós, ao longo de anos, vêm carregando malas e caixotes cheios de tantas coisas inúteis, como indiferenças perante familiares, amigos e companheiros de jornada, revoltas, humilhações, como também ilusões com a realidade de outros, como se essas qualidades e posições fossem de nossa pertença. Mas tudo isso não passa de uma amálgama de coisas usadas e sem destino, deixando a nossa verdadeira mala de viagem sem espaço para as sementes do nosso amanhã.

É tempo de arrumarmos as coisas de valor das nossas vidas, de darmos o lugar justo e honesto à imagem real que somos, de procurarmos melhorar as nossas qualidades, respeitando a diferença a que cada um tem direito e particularmente, transpormos para fora o muito ou pouco que de bom ainda não se perdeu em nós. Isso é lutar e trabalhar na construção de um Homem novo, forte, solidário e fraterno, pois muita falta faz essa semente a cada um de nós e, porque não, à própria ADFA.

Um abraço para todos. •

Benefícios para associados

A ADFA, através da Delegação de Famalicão e do Núcleo de Leiria, celebrou alguns protocolos para prestação de serviços e descontos aos associados, familiares e funcionários.

A Clipóvoa - Clínica Médica da Póvoa de Varzim, S.A., de Lugar de Penouces, Beiriz, Póvoa de Varzim, presta serviços de ambulatório, internamento e bloco operatório em todos os seus hospitais e ambulatórios, com desconto de dez por cento sobre a tabela em vigor (excepto nas ressonâncias magnéticas, tomografia axial computadorizada (TAC), farmácia, armazém geral, anatomia patológica ou outros exames não efectuados pela clínica).

Atendimento na Póvoa de Varzim (Lugar de Penouces, Beiriz), em Vila Nova de Cerveira (Estrada Nacional, 13, Vila Meã), em Amarante (Edifício Golfinho) e no Porto (R. Beato Inácio Azevedo, 61/85).

A Clínica Médico-Cirúrgica de Santa Tecla pratica um desconto de 15 por cento sobre a tabela de preços, no atendimento de clínica geral, quartos, enfermarias, salas de bloco operatório e partos e unidade de vigilância intensiva, medicina física e de reabilitação (tratamentos), exames auxiliares de diagnóstico, radiologia convencional, ecografia e osteodensitometria óssea.

O Hospital da Trofa presta, aos associados, às suas esposas, pais, filhos, genros/noras e netos, e aos funcionários da ADFA, cônjuges e filhos, "em termos de relacionamento preferencial e em condições economicamente mais favoráveis", serviços de consulta externa, urgência, meios auxiliares de diagnóstico e terapêutica, fisioterapia, internamento e de blocos operatório e de partos, com um desconto de 15 por cento.

O acordo é extensível à Portoclínica, na Av. Fernão de Magalhães, Estádio das Antas, Porto.

O médico dentista Luís Claro, em Famalicão, efectua um desconto de dez por cento (nas consultas e tratamentos dentários) e de cinco por cento (em trabalhos de laboratório), aos associados e familiares com direito a ADM (com cartão de associado do titular e cartão de beneficiário das ADM).

A Ouroarte, de Famalicão, efectua um desconto de 15 por cento em armações, lentes e artigos de óptica.

A Optivisão – Óptica, Serviços e Investimento, S.A., atribui aos associados, familiares e funcionários descontos na aquisição de óculos graduados (aros e lentes), 20 por cento; lentes de contacto e óculos de sol, 15 por cento; outro material óptico, dez por cento; exames visuais, 20 por cento e prioridade na marcação. Na adaptação de lentes de contacto, oferta dos primeiros produtos de conservação, manutenção e esterilização de lentes, quando necessário.

Possibilidade de aquisição dos produtos (independentemente dos respectivos descontos) a crédito, em suaves prestações.

Nota: nos acordos com a Clipóvoa, Clínica de Santa Tecla e Hospital da Trofa é necessário cartão de assistência médica próprio, a solicitar pela Sede, delegações ou núcleos à Delegação de Famalicão.

Nos acordos com o dentista, com o oculista Ouroarte e com a Optivisão, basta apresentar o cartão de associado com quotas em dia.

A IMAGRAM – Laboratório de Imagiologia da Marinha Grande, Lda presta serviços aos associados, cônjuges e filhos menores ou com idade até 24 anos, se estudantes e componentes do agregado familiar do DFA. Tabela disponível no Núcleo de Leiria e na Sede da Delegação de Coimbra.

A Rosóptica — Óptica Médica, Lda, de Leiria, presta serviços aos associados, cônjuges e aos filhos menores ou com idade até 24 anos, se estudantes e componentes do agregado familiar do DFA, com 20 por cento de desconto nos artigos (lentes e armações).

A Freire, Meireles & Parente, Lda presta os seus serviços aos associados, cônjuges e filhos menores ou com idade até 24 anos, desde que estudantes e componentes do agregado familiar do DFA. Tabela disponível no Núcleo de Leiria e na Delegação de Coimbra.

Novos livros para mais e melhor leitura

O silêncio é de ouro, principalmente no espaço que a ADFA disponibiliza na Sede Nacional, a Biblioteca e Centro de Documentação e Informação, que tem sido alvo de remodelação desde há três anos, com serviço técnico especializado.

Durante os meses de Maio e Junho, a Biblioteca recebeu várias obras, relacionadas com a temática militar e de carácter geral.

Do associado Jorge Neto foram recebidos 145 livros, onde se incluem as obras completas de Aquilino Ribeiro, Júlio Diniz. Almeida Garrett e Antero de Quental. Estão agora também disponíveis, por oferta do mesmo associado, uma colecção sobre História Universal e a enciclopédia "Grolier", em língua inglesa.

Dos livros recebidos destacam-se também autores como Tolstoi, Victor Hugo e Dostoievsky, entre outros.

O associado Fernando Carvalho também ofereceu 59 livros à Biblioteca da ADFA. Os temas são variados e relacionam-se com a história, romances e outros.

A Biblioteca da ADFA dispõe de muitas obras, destacando-se as publicações e livros relacionados com a temática da Guerra Colonial, do 25 de Abril e da deficiência. Algumas obras são já fruto da colaboração daquele serviço com os estudantes universitários que preparam as suas teses de fim de curso e que recorrem à Biblioteca da ADFA, cedendo depois cópias dos seus

Outro dos serviços desenvolvidos prende-

Alguns associados portadores de

deficiência visual e seus acompanhantes

visitaram o Palácio Nacional de Sintra, no dia

6 de Junho, numa iniciativa do Serviço Social

da Delegação de Lisboa, no âmbito do

trabalho realizado pela estagiária Cláudia

Silva e no esforço para descobrir cada vez

mais espaços culturais acessíveis aos cidadãos

A visita foi planeada sob o tema "Um dia

em Sintra" e contou com a colaboração do

portadores de deficiência.

se com a cedência de obras por empréstimo a outras bibliotecas e centros de documentação, como a Torre do Tombo, num intercâmbio que se pretende cada vez mais alargado.

No seu trabalho diário, a técnica de biblioteca dedica-se também ao tratamento e indexação de periódicos - jornais e revistas das associações de militares, de portadores de deficiência e outros - possibilitando a consulta por autor, assunto e título, através do programa de gestão de bibliotecas Porbase 4 (Base Nacional de Dados Bibliográficos). Entre os temas tratados, por exemplo do "Jornal do Exército", destacam-se o Stress de Guerra e a Psicologia Militar e a história das unidades militares portuguesas, entre muitos outros. Nesta área foi também tratada a revista "Azimute", da Escola Prática de Infantaria, onde surgem temas interessantes relacionados com o serviço militar obrigatório, o equipamento utilizado e a vida dos militares em serviço. As revistas "Mais Alto" e "AORN" também já foram tratadas. Em breve terá início o tratamento e indexação de temas do ELO.

De António Gamito Chaínho, autor que já tem oferecido à ADFA alguns livros de sua autoria, a Biblioteca recebeu "20 anos de reflexões", um "repositório rico de reflexões, vivências e experiências, quer pelo interesse, variedade e actualidade dos temas abordados, quer pelo rigor, profundidade, inteligência e sereno entusiasmo com que foram tratados. neles se descortinando a visão do pedagogo e do cidadão atento e devotado à causa pública", segundo Luís Castilho e Cunha, advogado e prefacia a obra.

O livro e alguns artigos de opinião elaborados ao longo de 20 anos, que a ele deram origem, "pretendem constituir um exercício de cidadania, entendida esta como participação em democracia", refere o autor.

Camilo Sarmento Caveiro enviou à Biblioteca duas obras de que é autor. "Avoengo" e "Moçambique, meu amor..." são os títulos que agora também podem ser consultados na Sede Nacional.

O primeiro retrata uma aldeia rural no nordeste transmontano dos anos 30. "Moçambique, meu amor..." é um testemunho do autor, com recurso à análise histórica daquele país, entre 1498 e 1975. "O trágico e o grotesco" é o subtítulo da obra editada em

Na área que trata dos assuntos relacionados com os militares, a ADFA recebeu, autografado, o livro "Tropas Páraquedistas - A História dos Boinas Verdes Portugueses", de Miguel Machado e António Carmo. A obra, inserida na colecção "História Militar", da editora Prefácio, trata da história das tropas pára-quedistas portuguesas entre 1955 e 2003, e incluída na área "Armas de Portugal" daquela colecção, descreve em

pormenor os equipamentos e meios humanos utilizados pelas Forças Armadas Portuguesas. A colecção é dirigida por Augusto Salgado, tendo sido já publicados títulos como "Combater em Moçambique" e "Análise Global de uma Guerra", entre outras.

Os alunos universitários que têm recorrido à colaboração da Biblioteca têm também oportunidade de solicitar entrevistas com antigos combatentes para recolha de testemunhos para os seus trabalhos e podem ainda, através do arquivo fotográfico do ELO. solicitar o empréstimo de alguns registos de

A Biblioteca da ADFA pode ser consultada todos os dias úteis, das 9h00 às 12h30 e das 14h00 às 18h00, podendo também solicitar-se o empréstimo de algumas obras através do telefone 21 751 2600 (Dra. Paula Afonso). •

RV



Espaços culturais acessíveis

Visita ao Palácio Nacional de Sintra

serviço educativo do Palácio, nomeadamente da professora Maria João Aires, que explicou os diversos pormenores do percurso.

O Palácio remonta ao tempo de D. Diniz, com necessárias adaptações nos

reinados de D. João I e de D. Manuel I. "São três palácios num", sugere a guia, pois os estilos misturam-se e não é difícil encontrar portas góticas incorporadas em paredes restauradas por D. José depois do terramoto

Essencialmente uma residência de Verão, o Palácio está no meio da vila de Sintra, rodeado de verdura e das múltiplas fontes que a serra oferece aos turistas.

Por ser uma construção que, apesar de

restaurada, preservou os estilos mais antigos, mantém muitas escadarias (também em caracol) que complicam o acesso a quem não vê. São 100 degraus, segundo informa o serviço do Palácio. Mesmo assim, com o desejo de conhecer mais um pouco da nossa história, os participantes apuraram que aquele espaço está acessível aos portadores de deficiência visual. A possibilidade de tactear os móveis e alguns objectos e elementos escultóricos torna a visita "entusiasmante". As lendas e tradições que revestem algumas salas do Palácio enriquecem o passeio. A sala dos cisnes, o quarto das pegas, a gruta dos banhos e outros espaços são o alvo da curiosidade de todos.

O Palácio foi redecorado na década de 40 pelo arquitecto Raúl Lino, que trouxe de outros monumentos os móveis que hoje podem encontrar-se ali. A arca de madeira era a peça de mobiliário por excelência.

Na última parte da visita, na cozinha, debaixo das enormes chaminés que caracterizam o Palácio, o eco ressoava com as

exclamações dos associados que experimentavam levantar os tachos pesados e percorriam os compridos espetos (com mais de três metros) que serviam os banquetes.

O dia ficou completo com um almoço num restaurante da Praia das Maçãs, onde os presidentes da Delegação de Lisboa e do Núcleo de Sintra, saudaram a iniciativa, realçando as vantagens da acessibilidade cultural aos portadores de deficiência.

O associado Sá Flores acrescentou a urgente necessidade de ampliar estas iniciativas, sublinhando também que os cidadãos portadores de deficiência "têm o direito a cultivar-se e a participar na cultura do País, escrevendo, lendo, visitando".

A iniciativa contou com o apoio do estadomaior da Força Aérea, que cedeu um autocarro para o efeito.

O Palácio de Sintra pode visitar-se das 10h00 às 17h30, todos os dias menos à 4ª feira. O tempo de visita é de uma hora em grupos de 50 pessoas. •



TIPOGRAFIA ESCOLA DA ADFA

Há mais de 20 anos, a qualidade e a melhor impressão

TODO O TIPO IDIE AIRTIES GIRAIFICAS

Fotocomposição / Offset / Montagem / Tipografia

Largo do Outeirinho da Amendoeira (ao Campo de Sta. Clara) 1100-386 USBOA Telefs.: 21 882 24 80/1/2/3 • Fax: 21 882 24 86

Opinião

Guerra e a Fome

Todos perguntam, todos questionam, interrogam e voltam a interrogar: onde pára Saddam Hussein? Morreu em 1999 ou no primeiro ataque ao Iraque? Não morreu, foi ferido e encontra-se doente, dizem uns, não, não, voltou a morrer, dizem outros, afinal não morreu, está algures na Síria, volta a não ser assim e está algures nos "bunkers" escondido, em Bagdade ou enterrado debaixo dos escombros! Vivo ou morto? As dúvidas persistem, até que algo aconteça que indique onde se encontra e como!

O mesmo se passa com Bin Laden, chefe da rede Al Qaeda, com metade da rede aniquilada, e de Bin Laden, também nem rasto! A sociedade é isto, uns põem outros dispõem ou melhor, os donos dos países poderosos decidem o destino dos povos, das populações que não têm cúlpa alguma das guerras, do poder, do querer mandar, de controlar o mundo. Por outro lado, o poderio

das religiões, o fanatismo, é outro dos grandes males da sociedade que divide os homens!

Qual o conceito de sociedade que queremos ou nos querem fazer crer? A guerra traz a peste, a fome e as crises sociais que atingem todos, mas quem mais sofre são os pobres que ficam sem nada para o seu sustento e passam fome! Os "grandes senhores", ditadores ou não, vivem à grande. à custa do "Zé Povinho", a crise está instalada no mundo por culpa de quem? Há fome no Iraque, em Cuba, Moçambique, Angola, Congo, Somália, etc., mas aos seus governantes nada falta e até casam as filhas principescamente, gastando fortunas, porque são os donos das companhias de diamantes, do petróleo, do café e do algodão, tendo o povo a trabalhar com salários baixos, de miséria e a morrer à fome, uma exploração sem limites!

Depois surge a UNICEF com o programa alimentar mundial, a fazer apelos de

emergência ao mundo de milhões de dólares para acudir à crise alimentar em Angola e agora, mais recente, no Iraque. Angola, país rico e o Iraque, também rico e berço da civilização, como é possível? Onde estão agora os "grandes senhores" que mandaram fazer a guerra em nome da paz, da liberdade e da democracia, o povo do Iraque estava a ser dirigido por um ditador assassino, com armas químicas, que ninguém sabe onde estão?! Mas se o povo estava a ser chacinado, em algum lado têm que estar e onde estiverem estão bem escondidas, como estão Bin Ladem e Saddam Hussein, entretanto o povo continua a passar fome e a morrer!

Responsabilizem-se os malfeitores, os ditadores, quem governa e para quem. A paz, a liberdade e a democracia é que tem que prevalecer. •

Revista de Imprensa

GARANTIAS A ANTIGOS COMBATENTES

"O secretário de Estado da Defesa, Henrique de Freitas, garantiu ontem, durante as comemorações do 10 de Junho, em Belém, que as 500.000 certidões comprovativas do tempo de serviço militar no Ultramar vão ser emitidas até final do ano. Esta garantia foi dada depois do orador convidado, o general Silva Cardoso, ter feito um discurso inflamado, onde criticou as falsidades que têm sido ditas em relação à guerra colonial."

Correio da Manhã 2003-06-11

JUNTOS NUMA CASA

"Hélder, Manuel e Cristina são três das dez

Trabalham todo o dia fora, regressam a casa à peluches, quadros e fotografias pelas paredes. Em comum, a família da Casa de Betânia - dois homens e oito mulheres entre os 17 e os 50 anos tem a deficiência mental, bem como histórias

LANÇADO LIVRO SOBRE

"Duas especialistas portuguesas lançam hojepouco."

Diário de Notícias 2003-06-23

"Ainda o avião que trazia a comitiva

USO DA LÍNGUA GESTUAL

"Os "Verdes" pediram ontem ao minist<mark>ro da</mark> Presidência, Morais Sarmento, explicações sobre a ausência de medidas para generalizar o uso do língua gestual e da legendagem no serviço públio de televisão, como obriga a lei."

Público 2003-06-24

DE OEIRAS

pessoas que vivem na Casa de Betânia, uma vivenda perdida no meio da freguesia de Queijas. no concelho de Oeiras, por entre hortenses e buganvílias, palmeiras e canários.

passadas de abandono e solidão.

Público 2003-06-16

OS MISTÉRIOS DO AUTISMO

portuguesa - que entre 16 e 21 de Junho participou em Assen (Holanda) no I Europeu de atletismo para deficientes - não tinha aterrado e o entusiasmo já tomava conta de todos os que no aeroporto da Portela, em Lisboa, esperavam ansiosamente pelos 15 atletas. Familiares, amigos e companheiros desportivos, caso de uma equipa de Braga de basquetebol em cadeira de rodas, que após um jogo em Ovar não quis deixar de vir receber a selecção, receberam efusivamente o representação portuguesa que em Assen conquistaram 21 medalhas, o melhor resultado obtido desde os Jogos Paralímpicos de 1984 em Los

Público 2003-06-23

tardinha, repartem as tarefas domésticas, jantam juntos à volta de uma mesa onde partilham o diaa-dia. Vêem televisão numa sala com lareira e jarras com malmequeres, têm quartos com

um livro sobre os mistérios do autismo, um estado mental que se caracteriza pelo alheamento da. realidade e sobre o qual se sabe ainda muito

"SUPER ATLETAS" RECEBIDOS COMO HERÓIS

CART 1614 GUINÉ 1966/1968 (Cabedu)

Dia 09 de Agosto de 2003 Almoço comemorativo do 35º aniversário da chegada à metropole, no restaurante do nosso colega Rodrigues. Encontro junto ao jardim de Valença, das 10h00 às 12h00. Para qualquer contacto: Carneiro - 91 410 4911 / 255 865 330 (dia) ou ²⁵⁵ 963 972 (noite).

Opinião

As coisas estão assim...

Tenho medo, sinceramente, que os meus netos logo que nasçam não me passem cartão, e em auto defesa me caguem e mijem as calças se ousar pô-los no meu regaço, com toda a pujança dos seus ainda delicados

Receio bem que, de um momento para o outro, os meus filhos e sobrinhos não me dirijam mais a palavra.

É que no último dia mundial da criança, fingi que os não conhecia. Bem se aproximaram, ser simpáticos, saltar-me para o colo, mas distribuí, de imediato, chapada e pontapé, não fosse algum mirone atento dar à língua!

Claro está, que não beijei filhos, sobrinhos nem acenei à netinha Sorraia Vanessa do meu vizinho da mercearia mesmo ao lado da minha porta. Isto para não despertar suspeitas de pedofilia em testemunhas que presenciassem qualquer afecto mais íntimo a meninos, mesmo sangue do meu sangue, carne da minha carne.

As coisas estão assim...

Não desculpando as bestas que por aí andam, isto está perigoso para qualquer, amigo, pai ou avô mais afoito aos carinhos.

Os senhores do direito, mesmo que torto, estão atentos, é preciso aplicá-lo...Prisão preventiva e pronto. Vai-se ao cardápio dos

fortes indícios, uns testemunhos e já está...

Pelo sim pelo não, já abdiquei do leitão, dos franguinhos na púcara e no cabrito, nem

Agora só porcos velhos, galos dos que já não sobem ao poleiro, daqueles bem rijos.

Como os amigos da Europa já nos tinham proibido as petingas e os jaquinzinhos de escabeche, resta-nos a esperança no carapau langão com molho à espanhola!... Sim, já que nas águas salgadas que banham a costa Lusitana, parece que só o Castelhano poderá fainar e navegar...Digo eu!... •

Protocolo ADFA/CASIFONE

Condições especiais para para associados da ADFA

10 desconto s/PVP

Oferta de 25 em chamadas,em adicional à oferta standard

10 x 2,5 nos primeiros 10 carregamentos completos efectuados

Condições aplicáveis a qualqueproduto Optimus, disponível no mercado quando adquirido através da ADFA

Campanha válida para toda a gama activa da Optimus. Consulte tabela de modelos disponíveis Na Optimus encontra os melhores tarifários, as últimas novidades en telemóveis e o novo mundo multimédi@ptimus Zone

OS TARIFÁRIOS

Avantage A assinatura sem mensalidade

Boomerang O recarregável que se adapta

às necessidades Livre - sem carregamentos obrigações, livre de obrigações

nas mensagens escritas Serviço Evolução — Para quem já é cliente Optimus

Zoom - Tarifas mais baixas

Oferta de Mini-Rádio FM em todas as compras na Casifone





Packs Optimus Zone Nokia 3650 e 7650 399.90

Optimus Zone

Descubra um mundo de cor, imagem esom MMS, Internet, Portal Zone

Sunão do anaomanda		Sácio nº		
rtimus. Consulte tabela de modelos disponíveis ra mais informações contacte:Casifone — Rosa Jacinto	Tel:214358550/937910678	E-mail: casifone@mail.telepac.pt	Agence Official	V.
itimus. Consulte tabela de modelos disponíveis			ODTIBALIS	5

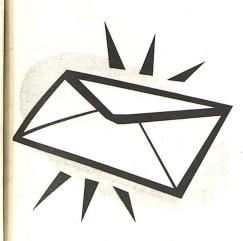
Av. José Elias Garcia, 174 · 2745-143 QUELUZ

cupao de encomenda		20010 H
Nome:		
Morada:		
_ocalidade:	Código postal:	
Equipamento pretendido		
Marca:	Modelo:	
Tarifário:	Evolução (nº antigo):	

screvem os Associados

Escrevam sempre. Exponham os vossos pontos de vista, as vossas críticas, os vossos problemas, os vossos anseios, de forma objectiva, isenta e sem considerações ofensivas, mas esforçem-se por ser breves. O ELO agradece a vossa colaboração e poderá, deste modo, dar a palavra a maior número de associados.

Dada a extensão de algumas cartas, vemo-nos obrigados a publicar apenas o essencial das mesmas, considerando sempre a data de chegada desses textos à Redacção.



Missiva integralmente objectiva e construtiva!!!

Tanto na vida como na morte as flores servem para alimentar os nossos espírito, alma

Vem isto a respeito do seguinte:

Partindo do princípio que o dia 10 de Junho serve para o encontro entre todos os excombatentes mortos e vivos da guerra colonial!

Tendo em conta que os que morreram são os melhores entre todos nós!!

E que o encontro anual é feito para homenagear os mortos!

Penso que é justo e de uma obrigação extrema a ADFA no seu conjunto mas especialmente na pessoa da sua Direcção Nacional adular a alma daqueles que nos fazem sentir muita saudade!!!

Até porque somos os seus mais próximos 'aliados''!! A nossa memória não pode ser curta nem vesga!!

Se dos mortos se fala! Se dos mortos se trata! Nunca poderá a ADFA! Ter sua memória fraca! Não compreendo! Não aceito! Não admito!

Que a Direcção Nacional da ADFA não se tenha feito representar no último dia 10 de Junho no Encontro dos Combatentes em Belém!!

Temos que ter em conta que em qualquer encontro de ex-combatentes a ADFA terá que estar presente!! "Nós somos o ELO mais fraco" e estando juntos com os outros, talvez possamos ganhar coragem e força para quem sabe um dia "sermos o ELO mais forte"!!

Depois de conversa telefónica tida com o Sr. Santa Clara Gomes, fiquei a falar sozinho!!! Então não é que a Direcção Nacional da ADFA não se fez representar nem colocou flores no Monumento dos mortos da guerra colonial porque não fez parte da Comissão Organizadora!!?

Nada me move pessoalmente contra qualquer membro da Direcção Nacional da ADFA nem dos outros órgãos sociais!!! No entanto no seu colectivo penso que deverão mudar de atitude em relação aqueles que são os seus "parentes mais próximos" "claro está os mortos da Guerra Colonial" admito que outras associações não tenham colocado flores junto ao monumento dos combatentes!

Não admito porém que a ADFA não o faça!!! Gostaria que a Direcção Nacional da ADFA visse nesta missiva uma crítica construtiva vinda da parte de uma associado que se "revê" como inconformista, rebelde, solidário e tentando ser consequente com os seus princípios de justiça, igualdade e tolerância!!!

Falando e pensando por si não se deixando envolver nem por grupos nem "lobys" que proliferam pelos corredores e gabinetes da ADFA!

Enquanto eu for vivo e puder!

Nunca os nossos camaradas mortos em África ficarão sem uma coroa de flores no dia 10 de Junho!!!!

Os outros que não cumpram, eu não falharei!!

Pergunto a mim mesmo se no dia 28.06.2003 aquando da manifestação da FIL a Belém junto ao Monumento dos Combatentes a ADFA levará flores ou não!? Eu, pelo sim pelo não levarei algumas para tentar tapar alguma falta!!!

Nota de desagrado:

Se nos simpósios, conferências e Congressos organizados pela ADFA, existem nas mesas dos oradores centros de mesa e outros! Como é possível a Direcção Nacional da ADFA esquecer no tempo útil e certo a colocação de flores no monumento dos mortos da Guerra Colonial??

No dia 10 de Junho de 2003, não esteve a Bandeira da ADFA, fui eu que a transportei no Desfile!

Esteve o jornalista do "ELO" em reportagem! Vários dos presentes me perguntaram: e as flores?

Eu, não quero que os floristas enriqueçam com a ADFA!! Mas não quero, que a maior pobreza da ADFA seja a de falta de espírito e solidariedade!!!

Há que mudar o conceito, a ideia e a mentalidade, em relação ao 10 de Junho!

Nunca poderemos ser insensíveis perante esta questão!! Pois se nós por natureza e até para mal dos nossos pecados somos bastante sensíveis!!!

No secar de uma flor, está o suco da solidariedade!! Uma flor no sopé de uma crença vale mais que um pensamento!! Equidistante!! •

. Rolando Silva

Nota da Redacção: Conforme os leitores podem ler na notícia publicada na página oito, a ADFA foi convidada para participar no 10º Encontro Nacional de Combatentes, fazendo-se representar pelo presidente e 3º secretário da DN, Patuleia Mendes e Armando Alves.

Assembleia Geral Nacional Extraordinária

Devido à nossa idade e estado de saúde actual, lamentamos não poder estar fisicamente presentes, como seria nosso desejo – mas em espírito lá estaremos – na Assembleia Geral Nacional Extraordinária da ADFA a realizar em Lisboa no próximo dia 28 do corrente mês.

Por este motivo, mais uma vez – e já são

tantas! - vimos solicitar que no debate dos problemas gerais ou de grupos, não seja esquecida a situação daqueles associados do Q.P., normalmente já com idades mais avançadas, que um dia optaram por continuar no serviço activo e que têm dezenas de anos de serviço militar efectivo, quer antes quer depois de terem sido feridos, tendo sofrido os respectivos descontos para a reforma, mas que continuam a ser os únicos DFA que não podem acumular a indemnização pelas deficiências sofridas com a pensão de reforma para a qual descontaram. E como isso não bastasse, o encontrarem-se ainda no activo na data da publicação de Dec. Lei 43/76, em vez de serem recompensados foram "punidos" e impedidos de serem promovidos pelo Dec. 134/97 aos postos em que há longos anos estão graduados! Isto é gritantemente injusto, é de bradar aos céus, é simplesmente revoltante e vergonhoso, tanto mais que foram promovidos precisamente aqueles que não quiseram trabalhar ou o fizeram por menos tempo!!!

Dado que no tempo das vacas gordas estivemos a dormir e só acordámos agora que o País atravessa uma grave crise económica nada propícia a reivindicações megalómanas que só servem para agravar e não resolver problemas, como aconteceu com o rol do último Congresso que até à data não deu qualquer resultado positivo, fazemos votos para que os trabalhos da Assembleia decorram num clima de justiça e bom senso, não medindo tudo pela mesma bitola nem privilegiando qualquer dos Ramos das Forças Armadas em situações iguais, mas procurando dar a cada um aquilo que por justica, e não por esperteza ou oportunismo, realmente lhe pertença e que as resoluções aprovadas possam ter execução prática ainda em tempo útil, isto é, antes de todos termos morrido.

Solicitando a V. Ex.as que sejam os nossos porta-vozes na Assembleia e agradecendo antecipadamente toda a atenção que aos nossos problemas for dispensada, com os nossos melhores e mais respeitosos cumprimentos nos subscrevemos, •

José Monteiro Palos Manuel Gonçalves Facundo

Comunicado do Grupo de Acompanhamento Legislativo para DFA

1 - Como é do conhecimento geral este Grupo de Acompanhamento Legislativo foi eleito numa reunião de associados onde se analisou e discutiu os efeitos maléficos do Dec-Lei 134/97, de 9 de Maio, nomeadamente, pelo facto de ter discriminado os DFA de Classe de Pracas.

2 - Para debater esta questão, foram muitas as reuniões de esclarecimentos com os associados, foram também muitos os comunicados publicados no "ELO" e outros enviados ás Entidades competentes nesta matéria. Todo este trabalho foi elaborado e assumido por este Grupo de Acompanhamento.

3 - É de realçar, que foram muitas as situações adversas criadas ao trabalho deste Grupo. Houve muitas incompreensões que, de certo, foram premeditadas por quem não queria e continua a não querer, que as Praças, tenham direitos e dignidade.

4 - Apesar disso, o Grupo de Acompanhamento, com o total apoio dos associados, soube ultrapassar essas barreiras, fez ouvir a sua voz (quem tem a razão do seu lado acaba sempre por ser ouvido) e soube sempre dar a devida resposta em tempo achado oportuno.

5 - E a prová-lo e num acto de verdadeiro associativismo, que raras vezes se assistiu na Associação, 150 Associados interessados nestes e noutras questões reuniram-se no Salão Nobre da nossa Sede onde confirmaram, mais uma vez, este Grupo de Acompanhamento elegendo ainda mais três associados da grande área do Porto.

6 - Nessa histórica reunião, as Praças, em sinal de confiança decidiram enviar à Direcção Nacional, como nossa representante, um memorando, ali aprovado, acompanhado de 250 assinaturas, onde se repudia os termos do Dec-Lei nº 134/97.

7 - Os associados, solicitaram à Direcção Nacional que, no prazo de 30 dias entregasse o referido memorando ao Ministro da Defesa. Findo esse prazo e se a Direcção Nacional o não tivesse feito, então, seria o Grupo de Acompanhamento a fazê-lo.

8 - Como a Direcção Nacional não entregou o memorando com as 250 assinaturas ao Ministro da Defesa, num total desrespeito pela vontade de 250 associados, foram os elementos do Grupo de Acompanhamento que o entregaram na Assembleia da República, ao Deputado João Rebelo do Grupo Parlamentar do PP/CDS, comprometendo-se, este, em entregá-lo, pessoalmente, ao Ministro da Defesa.

9 - Apesar disso e como a razão está do nosso lado, os associados da Delegação de Lisboa apresentaram, entre outras, uma proposta sobre o Dec-Lei nº 134/97, na Assembleia Geral Ordinária que se realizou na data de 12 de Abril de 2003, em Leiria.

10 - Esta proposta, aprovada pela Assembleia Geral Nacional, manda a Direcção Nacional exigir do Ministro da Defesa a alteração ao Dec-Lei nº 134/97, com a condição dos ex-milicianos, onde se insere a Classe de Praças, tenham os mesmos deveres e direitos que os Sargentos e Oficiais enquanto DFA.

11 - Resta-nos, por isso, estarmos todos atentos e aguardar que esta Direcção Nacional, ou outra, saiba cumprir o decidido na Assembleia Geral de Leiria.

12 - Por último, o Grupo de Acompanhamento quer prestar aqui a sua homenagem a todos os associados que sempre acreditaram na razão defendida.

Viva a ADFA •

O Grupo de Acompanhamento Legislativo

VISITE O NOSSO

MUSEU DA GUERRA COLONIAL

EM VILA NOVA DE FAMALIÇÃO



ELO atrasado

Nas duas últimas edições, em virtude do processo de ensacamento do ELO para expedição, o jornal chegou atrasado aos leitores e associados.

Por motivos alheios à redacção, relacionados com a produção das folhas de rosto com as moradas dos leitores e com a embalagem do jornal, as duas edições foram retardadas alguns dias, o que foi agravado, na edição de Maio, pelo feriado e por uma greve nos CTT.

Esperamos ultrapassar este problema, continuando a prestar, como tem sido hábito nos últimos anos, um serviço informativo e noticioso actualizado e sem

atrasos.

Hungria I Encontro Internacional Cultural de Pessoas Deficientes

A Alternative Association of Disabled People of Szeged (AADPS), da Hungria, está a organizar o I Encontro Internacional Cultural de Pessoas Deficientes, com data marcada para 28 de Julho, na cidade húngara de Szeged.

No programa estão incluídos actuações de dança por pessoas portadoras de deficiência, na praça de Klauzál, naquela cidade, e a abertura de uma exposição e distribuição de prémios no Hotel Royal.

O tema em apresentação e debate vai ser "O papel dos deficientes na cultura" e vão apresentar-se pinturas, esculturas, artesanato e trabalhos de cidadãos portadores de deficiência.

As inscrições podem ser efectuadas junto da AADPS, para a morada H-6725 Szeged, Veresács street 17/b, fax (36) 62/444-897, telefone (36) 70/333-8990, ou e-mail szmago.hu, onde estão disponíveis informações sobre alojamento e sobre o

Cruz Vermelha vai ter nova direcção

No Conselho Supremo realizado em 18 de Junho, o secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes, Henrique de Freitas, apresentou a lista dos nomes indigitados para a presidência da Cruz Vermelha Portuguesa: o ex-deputado do CDS, Luís Nogueira de Brito, o responsável distrital de Braga da CVP, Francisco Alvim, e Maria Barroso.

Maria Barroso informou que vai abandonar a instituição no final do actual mandato, salientando que a sua decisão teve origem na impugnação do acto eleitoral dos órgãos locais da instituição decretada pelo ministro de Estado e da Defesa Nacional, que tutela a CVP, recusando ser indigitada por Henrique de Freitas. •

Liga dos Combatentes

O general Chito Rodrigues é o novo presidente da Direcção da Liga dos Combatentes, desde 13 de Maio, data em que tomaram posse os Órgãos Sociais daquela instituição, na Sede, em Lisboa.

A ADFA esteve representada pelo presidente da DN, Patuleia Mendes, e pelo 1º secretário da DN, Santa Clara Gomes, na cerimónia da tomada de posse.



Director: José Diniz

Propriedade: Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Administração e Redacção: Av. Padre Cruz – Ed. ADFA 1600-560 – Lisboa

Telefone: 21 7512600 Fax: 21 751 2610

E-mail: adfa@mail.telepac.pt Internet: http://www.adfa-portugal.com



Portugal conquista 21 medalhas



O atleta José Alves conquistou a medalha de ouro na prova dos 400m ambliopes

Mais de duas centenas de pessoas receberam entusiasticamente, no dia 22 de Junho, no Aeroporto de Lisboa, os 16 "heróis", atletas portugueses portadores de deficiência. que garantiram para Portugal 21 medalhas no I Europeu de Atletismo para Deficientes, que decorreu em Assen (Holanda).

Esperavam a chegada da comitiva o secretário de Estado da Juventude e Desporto, Hermínio Loureiro, muitos familiares e amigos, bastantes cidadãos que se associaram à homenagem e mesmo os funcionários do Aeroporto de Lisboa, com sonoras ovações.

Todos os atletas se mostraram surpreendidos

com a recepção, que contou com a Tuna da Escola Superior de Comunicação Social, correspondendo ao apelo do presidente da Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes, António Neves.

Hermínio Loureiro fez questão de endereçar os parabéns a todos os campeões de Assen. "Fui acompanhando diariamente os resultados e vibrando com as vitórias e sucessos destes atletas", referiu, aproveitando para endereçar "um abraço" a toda a selecção em nome do primeiro-ministro, Durão Barroso.

O secretário de Estado do Desporto adiantou que durante os próximos dias "haverá novidades" relativamente à Lei e Bases do Sistema Desportivo

Quotas em dia, ELO em casa

O envio do ELO é um direito que todos os associados adquirem pelo facto de cumprirem as suas obrigações associativas, uma das quais é o pagamento atempado das quotas.

Por isso, caro associado, não se esqueça de regularizar as suas quotas.

no que concerne ao desporto adaptado. "A lei tem 13 anos e está desactualizada. Vamos ter uma atenção especial para o desporto adaptado e para os princípios fundamentais para a prática desportiva nesse campo", salientou.

Foi a melhor prestação de sempre numa competição internacional da história do desporto nacional, com a comitiva portuguesa a conquistar na cidade holandesa de Assen um total de 21 medalhas: seis de ouro, dez de prata e cinco de bronze, uma cifra a que se soma a obtenção, por parte de 11 atletas, dos mínimos para os Jogos Paralímpicos de Atenas 2004.

Os medalhados

Ouro: Gabriel Potra, 200 e 400m (amblíopes, T12); José Alves, 400m (amblíopes, T13); Paulo Coelho, 5000m*(cegos totais, T11); Carlos Ferreira, maratona (cegos totais, T11); Estafeta 4x100 metros - Gabriel Potra (amblíopes, T12); Carlos Lopes (cegos totais, T11); José Alves (amblíopes, T13); Firmino Batista (cegos totais, T11).

Prata - Carlos Lopes, 100 e 200m (cegos totais, T11); João Correia, 200m (paraplégicos, T52); Graça Fernandes, 200 e 400m (paralisia cerebral, T38); Paulo Coelho, 1500m (cegos totais, T11); José Monteiro, 1500 e 800m (amputados, T46); Carlos Ferreira, 5000m (cegos totais, T11); Mário Parrulas, 10.000m (amblíopes, T12).

Bronze - José Gameiro, 400m (cegos totais, T11); Odete Fiúza, 5000m (amblíopes, T12); Nuno Alves, 1500 e 5000m (cegos totais, T11); Mário Parrulas, maratona (amblíopes, T12).

RENAULT

D salão de exposições é gigante: 2500 m2

O horário da oficina é igualmente grande

>> O servico de assistência e desempanagem

tem o maior horário possível: 24h por dia.

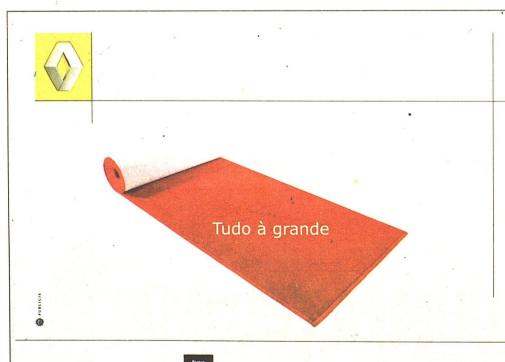
Atendimento Cliente: 800 203 157

D horário de atendimento é enorme

8h - 20h durante a semana

9h - 19h ao fins-de-semana

8h - 24h durante a s 8h - 18h ao sábado LUSA/PUBLICO/RV



RENAULT CHELAS

R. Dr. José Espirito Santo, Lote 11-E - 1900-672 LISBOA Tel.: 21 836 14 00 Fax: 21 836 14 91 Av. da Liberdade, nº 33 - 1200-139 LISBOA